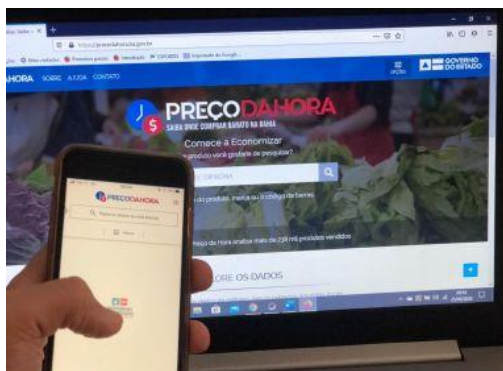


Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/06/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 24 de Junho de 2020 - 14:20

Aplicativo Preço da Hora Bahia já é utilizado por mais de 230 mil pessoas



Com pouco mais de dois meses lançado, o **aplicativo Preço da Hora Bahia** já foi baixado por mais de 230 mil baianos até o momento. O app permite ao usuário encontrar o produto mais barato em sua região.

Salvador é a cidade com mais usuários: 130,3 mil. Em seguida aparece Feira de Santana (16,5 mil), acompanhado por Lauro de Freitas (10,4 mil), Camaçari (8,1 mil), Vitória da Conquista (4,8 mil) e Itabuna (3,9 mil). Ao todo, o aplicativo está presente em 56 municípios do estado. A meta é chegar aos demais.

“O Preço da Hora Bahia traz os preços de produtos comercializados em cada um dos 417 municípios, sem exceção. Por isso é uma ferramenta útil para todos os baianos e como tal precisa chegar ao máximo possível de usuários”, disse **Manoel Vitorio, secretário da Fazenda do Estado.**

O aplicativo Preço da Hora Bahia mostra em tempo real as cotações para mais de 500 mil produtos. Basta digitar o nome do produto ou fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem. A ferramenta está disponível para celulares Android e iOS e também na página web **precodahora.ba.gov.br** (**[clique aqui](#)**).

Veículo: Forte na Notícia	Online
Data: 24/06/2020	Caderno: Notícias



Aplicativo Preço da Hora Bahia já é utilizado por mais de 230 mil pessoas

Ao todo, o aplicativo está presente em 56 municípios do estado.

Por
Murilo Andrade

-
24 de junho de 2020



Foto: Glauber Guerra/ Bahia Notícias

Com pouco mais de dois meses lançado, o **aplicativo Preço da Hora Bahia** já foi baixado por mais de 230 mil baianos até o momento. O app permite ao usuário encontrar o produto mais barato em sua região.

Salvador é a cidade com mais usuários: 130,3 mil. Em seguida aparece Feira de Santana (16,5 mil), acompanhado por Lauro de Freitas (10,4 mil), Camaçari (8,1 mil), Vitória da Conquista (4,8 mil) e Itabuna (3,9 mil). Ao

todo, o aplicativo está presente em 56 municípios do estado. A meta é chegar aos demais.

“O Preço da Hora Bahia traz os preços de produtos comercializados em cada um dos 417 municípios, sem exceção. Por isso é uma ferramenta útil para todos os baianos e como tal precisa chegar ao máximo possível de usuários”, disse Manoel Vitório, secretário da Fazenda do Estado.

O aplicativo Preço da Hora Bahia mostra em tempo real as cotações para mais de 500 mil produtos. Basta digitar o nome do produto ou fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem. A ferramenta está disponível para celulares Android e iOS e também na página web precodahora.ba.gov.br.

Veículo: TV Cabália	
Data: 24/06/2020	Programa: Balanço Geral BA
Assunto: Carga sem nota fiscal foi apreendida na BR-116 e encaminhada à <u>Secretaria da Fazenda da Bahia.</u>	

Data: 24/06/2020

Hora: 13:50:23

Duração: 00:01:21

Emissora: TV CABRÁLIA

Programa: BALANÇO GERAL BA

Apresentador(a): OUTROS

Categoria:

Citação Direta: Sim

Impacto: NEUTRO

Sinopse: Carga sem nota fiscal foi apreendida na BR-116 e encaminhada à **Secretaria da Fazenda da Bahia.**

Veículo: G1	
Data: 25/06/2020	



Carregamento com 23 mil garrafas de conhaque sem nota fiscal é apreendido em cidade da Bahia

De acordo com a PRF, o motorista contou que efetuou o carregamento em Salvador e tinha como destino a cidade pernambucana de Cabo de Santo Agostinho.

Por G1 BA

25/06/2020 09h37 Atualizado há uma hora



Carga de conhaque sem nota fiscal é apreendida pela PRF na Bahia —

Foto: Divulgação / PRF

Uma operação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) resultou na apreensão de uma carga com mais de 23 mil garrafas de conhaque sem nota fiscal na tarde da última quarta-feira (24), no quilômetro 277 da BR 116, no município de Tucano, região nordeste da Bahia.

Segundo a PRF, a Operação Tamoio II teve início após a ação de um motorista de caminhão, que estava parado na bomba de combustível de um posto para abastecer, mas, ao avistar a viatura policial, deixou o local. Os policiais suspeitaram do comportamento e abordaram o motorista, que mostrou sinais de nervosismo e prestou informações desconexas. Após alguns momentos, o caminhoneiro afirmou que levava um carregamento de bebidas, porém não tinha a nota fiscal da mercadoria, pois só a receberia no percurso da viagem.

De acordo com a PRF, o motorista contou que efetuou o carregamento em Salvador e tinha como destino a cidade pernambucana de Cabo de Santo Agostinho.

Os policiais apreenderam a carga e acionaram a **Secretaria de Fazenda Estadual (SEFAZ/BA)**, com sede em Paulo Afonso, que constatou a situação irregular do produto.

Veículo: Salvador Dez	Online
Data: 24/06/2020	Caderno: Notícias



Aplicativo Preço da Hora Bahia já é utilizado por mais de 230 mil pessoas

24 de Junho de 2020



Com pouco mais de dois meses lançado, o aplicativo Preço da Hora Bahia já foi baixado por mais de 230 mil baianos até o momento. O app permite ao usuário encontrar o produto mais barato em sua região.

Salvador é a cidade com mais usuários: 130,3 mil. Em seguida aparece Feira de Santana (16,5 mil), acompanhado por Lauro de Freitas (10,4 mil), Camaçari (8,1 mil), Vitória da Conquista (4,8 mil) e Itabuna (3,9 mil). Ao todo, o aplicativo está presente em 56 municípios do estado. A meta é chegar aos demais.

"O Preço da Hora Bahia traz os preços de produtos comercializados em cada um dos 417 municípios, sem exceção. Por isso é uma ferramenta útil para todos os baianos e como tal precisa chegar ao máximo possível de usuários", disse **Manoel Vitório, secretário da Fazenda do Estado.** O aplicativo Preço da Hora Bahia mostra em tempo real as cotações para mais de 500 mil produtos. Basta digitar o nome do produto ou fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem. A ferramenta está disponível para celulares Android e iOS e também na página web precodahora.ba.gov.br (clique aqui).

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 25/06/2020	Página: A2

Programa oferece crédito emergencial

Depois de sofrerem críticas e serem cobrados inclusive por parlamentares e políticos, enfim os bancos parecem começar a se mexer para ajudar de forma mais concreta a sociedade civil, o empresariado e o Estado a enfrentarem o período de pandemia pelo novo coronavírus.

O Banco do Brasil anunciou à Federação do Comércio (Fecomércio) ontem a coleta de propostas de apoio às microempresas e empresas de pequeno porte por meio do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte). Em seguida, será a vez dos bancos privados iniciarem operação de crédito emergencial pelo programa, no dia 15 de julho.

De acordo com informações divulgadas pela superintendência do Banco do Brasil, os empresários interessados, clientes ou não do estabelecimento, já podem procurar as agências, de posse da carta enviada pela Receita Federal do Brasil.

- As empresas precisam de fôlego para atravessar a crise provocada pela pandemia. Os bancos necessitam liberar os recursos com celeridade num momento como esse para que empresas e empregos sejam salvos - diz o presidente da Fecomércio-BA, Carlos de Souza Andrade.

APERTO - A expectativa do Banco do Brasil é liberar, em todo o País, R\$ 3,7 bilhões para cerca de 180 mil clientes, como forma de aliviar o aperto dos empresários para tocar seus negócios, embora não estejam livres das regras de financiamento, com juros e mora.

Os recursos do Pronampe podem ser utilizados para capital de giro ou investimentos. O programa é amparado pelo Fundo de Garantia de Operações (FGO), com prazo de 36 meses, carência de oito e juro de Selic mais 1,25% ao ano.

SANEAMENTO BÁSICO Proposta visa universalização do saneamento e fornecimento de água potável até o fim de 2033

SENADO APROVA NOVO MARCO LEGAL

REDAÇÃO E AGENCIAS

Foi aprovado ontem pelo Senado o projeto que institui o novo marco legal do saneamento básico e facilita a ampliação da participação privada no setor. O texto, aprovado por 65 votos a 13, segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro. A proposta tem como objetivos a universalização do saneamento (prevendo coleta de esgoto para 90% da população) e o fornecimento de água potável para 99% da população até o fim de 2033.

O novo marco legal do saneamento vem sendo discutido no Congresso Nacional desde 2018. Duas medidas provisórias sobre o tema já foram editadas, mas perderam a validade por falta de consenso entre os parlamentares sobre o texto a ser aprovado. A proposta em votação ontem reúne pontos dessas duas MPs, de um projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e de um texto encaminhado pelo governo à Câmara no ano passado.

O novo marco legal foi



Waldemir Barreto/ Agência Senado

Sessão Deliberativa Remota (SDR) do Senado Federal foi realizada a partir da sala de controle da Secretaria de Tecnologia da Informação

aprovado pela Câmara dos Deputados em dezembro do ano passado. Atualmente, o saneamento é prestado majoritariamente por empresas públicas estaduais. O novo marco legal visa aumentar a concorrência.

A pandemia do novo coronavírus expôs as falhas no serviço de saneamento básico no Brasil. Medidas de higiene, como a lavagem das mãos, estão entre as formas mais importantes de prevenção à doença, mas grande parte da população encontra dificuldades para segui-las. Estudos mostram que há quase 35 milhões de brasileiros sem acesso à água tratada e mais de 100 milhões sem coleta de esgoto. Além disso, menos da metade (46%) do esgoto gerado nos pais é tratado.

O senador Tasso Jereissati

diz que a situação do saneamento básico no país é de "precariedade" e que a aprovação do projeto para o setor é "urgente". "A atual crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19 torna ainda

MATÉRIA É DISCUTIDA DESDE 2018

Matéria vem sendo discutida no Congresso desde 2018. Duas MPs já foram editadas, mas perderam a validade por falta de consenso entre os parlamentares

mais urgentes as mudanças propostas, na medida em que evidenciou a vulnerabilidade das pessoas que não dispõem de acesso a água potável, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos", disse Tasso.

"Enquanto órgãos de saúde pública de referência no plano internacional e no Brasil recomendam que se lavem as mãos com frequência para evitar a contaminação com o coronavírus, temos 35 milhões de brasileiros sem acesso à água tratada. Um grande e potencialmente letal paradoxo", emendou o senador.

Durante a sessão de on-

tem, a maioria dos senadores disse acreditar que a aprovação do novo marco legal do saneamento básico vai melhorar a realidade do país. Entretanto, vários senadores também se mostraram céticos com a efetividade da medida, principalmente em relação ao alcance das melhorias e à situação futura das empresas públicas de saneamento com a entrada da iniciativa privada.

O líder do Podemos, senador Alvaro Dias (PR), afirmou que o sistema de saneamento básico do Brasil "é medieval", o que faz com que milhões de brasileiros não tenham direito à saúde.

O líder do PSDB, senador Roberto Rocha (MA), acrescentou que saneamento básico é um tema que tem ligação direta com a questão da saúde pública.

Já o líder do PT, senador Rogério Carvalho (SE), não queria votar o projeto por entender que o novo marco legal precisava ser mais bem debatido pelos senadores. Entretanto, ele disse ser a favor de um novo marco regulatório para o saneamento, com participação da iniciativa privada. "Não me oponho ao investimento privado na área de saneamento. Acho que o investimento público e o investimento pri-

vado precisam acontecer simultaneamente. Mas a nossa avaliação é de que este debate deveria ocorrer um pouco mais para frente, no sistema normal de deliberação, tempo em que estaríamos no pós-pandemia, quando se apresentaria o cenário claro de que marco regulatório nós vamos precisar para garantir que vamos ter a universalização do saneamento básico", disse.

Também contrário à aprovação do PL, o líder do PDT, senador Weverton (MA), disse reconhecer que o tema é urgente, mas deveria ser discutido com mais profundidade nas comissões.

O desafio do pós-pandemia

Salvador, ao que parece, está chegando ao chamado platô da curva da pandemia. É verdade que tudo pode mudar de um dia para o outro, mas a taxa de contaminação na cidade está menor que 1, ou seja, 100 pessoas infectadas contaminam um número inferior a 100. Se fosse maior que 1, a curva de crescimento continuaria exponencial. Por outro lado, quando se faz o cálculo de crescimento de casos e mortes por semana epidemiológica surgem sinais de queda. Os indicadores são positivos, mas o secretário municipal de Saúde, Léo Prates, que se destacou na pandemia como um dos melhores gestores da administração de ACM Neto, lembra-me que a taxa de ocupação de Utis ainda supera os 80%, e diz que só quando esse índice cair para menos de 70% se poderá falar em reabertura da economia. Como novos leitos serão agregados à rede

ainda em junho, é possível que surja uma boa notícia até o início de julho.

Mas esse é apenas um dos desafios, o desafio maior será enfrentado pelas milhares de pequenas e médias empresas que vão se deparar com um "novo normal", que ninguém sabe ainda como é e quanto tempo vai durar. Sabe-se, por suposto, que, mesmo com a abertura das atividades econômicas, o consumidor, especialmente o de renda média e alta, es-

tará relutante em sair de casa para fazer compras nos primeiros dias. O medo do contágio e a tendência a poupar, própria de tempos de incerteza, terão de ser vencidos com os protocolos que vão garantir segurança e com as ofertas e a criatividade por parte dos vendedores. Os empresários, por outro lado, terão o desafio monumental de voltar ao trabalho, introduzindo mudanças físicas e sanitárias em seus empreendimentos,

eles que já estão abarrotados de dívidas, precisando repor os estoques e sem capital de giro – já que o cartel de bancos mostrou que mesmo na pandemia só pensam nos seus superlucros. E tudo isso na certeza de que no início seu faturamento será em torno de 40% do verificado em tempos normais, como se pode ver nas cidades onde a reabertura foi feita. Lojistas e shoppings, por exemplo, vão ter de estabelecer um plano de retomada negociado, com incidência gradual de custos. Consumidores reticentes, empresários fragilizados e autoridades governamentais pisando em ovos, com medo de uma nova onda de contágio, esse é o cenário que aguarda os soteropolitanos. Mas ainda assim é um cenário de esperança que embute a perspectiva de retomada dos negócios, do emprego e da vida normal.

Os empresários terão o desafio de voltar ao trabalho introduzindo mudanças

É um cenário de esperança que embute a perspectiva de retomada dos negócios

Não dá mais para viver de renda

Com a Selic a 2,25% ao ano, o rendimento real de um fundo de renda fixa, após ser descontado o IR e a taxa de administração, será negativo. Não sai no extrato, é perda do poder de compra. A poupança, que não incide IR, é melhor que os fundos. Poupança é só para guardar dinheiro, quem quer alguma rentabilidade tem de buscar títulos do tesouro

com prazo maior, ou ir ao mercado de risco: bolsa, fundos imobiliários e de ações. O sistema de previdência privada tem taxa de administração, (veja qual é!) e, se estiver concentrado em renda fixa, o investidor vai perder direito, mas o gerente pode montar um mix de renda fixa e renda variável. E CDB, LCI só para grandes quantias.

Imortais

No meu discurso de posse na Academia de Letras da Bahia, lembrei que o sentido da palavra imortal é etimologicamente perfeito para os acadêmicos, pois eles assim o são. Sempre que um acadêmico se vai, aquele que ocupa sua cadeira tem de fazer, no seu discurso de posse, a elegia dos que o precederam, tornando-o imortal, pois sua obra e sua vida serão sempre

citadas ao longo dos tempos. Dois amigos imortais, que dignificavam a ALB, morreram por esses dias. João Carlos Teixeira Gomes – Joca, o Pena de Aço – e Luis Henrique Dias Tavares foram exemplos de intelectuais à serviço da arte, da cultura e do seu povo. Mas Joca e Luis Henrique não morreram, estão encantados, e permanecerão imortais.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

COVID-19 Número apontado pelo instituto representa 11,5% da população ocupada de todo o país

IBGE: 9,7 MI DE TRABALHADORES PERDERAM SALÁRIO EM MAIO

AGÊNCIA BRASIL

O número de trabalhadores que ficaram sem remuneração durante a pandemia de Covid-19 no mês de maio chegou a 9,7 milhões, o que equivale a 11,5% da população ocupada no país. Os dados foram divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que publicou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Covid-19.

Nas Regiões Norte e Nordeste, o percentual de trabalhadores sem remuneração foi maior que a média nacional, chegando a 15% e 16,8%, respectivamente. No Sul, 5,9% dos trabalhadores ficaram nessa situação, enquanto, no Centro-Oeste, o percentual atingiu 8,2%, e, no Sudeste, 11%. Em números absolutos, o Sudeste somou 4,19 milhões de trabalhadores sem remuneração, enquanto, no Nordeste, foram 3,16 milhões.

O grupo sem remuneração corresponde a 51,3% dos trabalhadores afastados de suas atividades no mês de maio, contingente que soma 19 milhões de pessoas, ou 22,5% da população ocupada. Os setores com mais afastamentos são: outros



Muitos brasileiros foram afastados do trabalho e ficaram sem receber os salários

22,5%

da população ocupada do Brasil foi afastada de suas atividades de trabalho durante o mês de maio, contingente que soma 19 milhões de pessoas

serviços (37,8%), serviço doméstico (28,9%) e alojamento e alimentação (28,5%). As atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foram as menos afetadas, com 6,8% de afastados.

O trabalho remoto foi adotado por 8,7 milhões de trabalhadores, o que equi-

vale a apenas 13,3% da população que continuou trabalhando em maio. Outro efeito da pandemia foi a redução de horas trabalhadas, que atingiu 18,3 milhões de trabalhadores. Por outro lado, 2,4 milhões de pessoas trabalharam mais horas que o habitual no mês de maio. Os impactos se refletiram na

renda dos trabalhadores. O rendimento médio de todos os trabalhos caiu 18,2% em maio, de R\$ 2.320 para R\$ 1.899. Tal perda de renda chega a quase 20% nas Regiões Nordeste e Sudeste, e é menos intensa no Centro-Oeste, onde a diferença foi de 14,4%.

A pandemia também inibiu a busca por postos de trabalho. Cerca de um quarto das pessoas que estão fora da força de trabalho no país não procuraram emprego em maio principalmente por causa da pandemia ou por falta de vagas na região em que residem. Esse grupo soma 18,4 milhões de pessoas. Segundo o IBGE, 10,1 milhões de pessoas procuraram trabalho em maio e não encontraram, e 26,9 milhões não procuraram, mas gostariam de trabalhar.

A pesquisa do IBGE também constatou que 38,7% dos domicílios brasileiros receberam algum auxílio relacionado à pandemia. O valor médio pago a esses domicílios foi de R\$ 847. O percentual de domicílios auxiliados é maior no Norte (55%) e Nordeste (54,8%), e menor no Sul (26%), Centro Oeste (36,7%) e Sudeste (31,3%) ficaram mais perto da média nacional.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 25/06/2020	Página: B1

Suspensão do São João gera perda de R\$ 550 mi

DA REDAÇÃO

O cancelamento e adiamento das festas de São João, por causa da pandemia da Covid-19, devem provocar um prejuízo de mais de R\$ 1 bilhão na economia dos principais estados do Nordeste. A estimativa é referente apenas às maiores festas juninas dos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O impacto é muito maior, uma vez que são realizados arraiais de pequeno porte em quase todas as cidades.

Na Bahia, onde as principais festas são espalhadas em cidades de médio porte, o governo estima que o São João movimentará cerca de R\$ 550 milhões. No ano passado, as prefeituras baianas investiram R\$ 190 milhões em serviços relacionados às festas. Já as 60 maiores festas privadas de São João, São Pedro e Santo Antônio arrecadaram em torno de R\$ 110 milhões e atraíram mais ou menos 500 mil pessoas. No mês de junho, a Bahia costuma gerar entre 40 mil e 50 mil postos de trabalho temporários.

Petrobras recebe ofertas por refinaria da Bahia

ESTATAL A Petrobras espera receber hoje ofertas vinculantes para a segunda maior refinaria do Brasil, conforme cinco pessoas com conhecimento do assunto, ouvidas pela Agência Reuters. Se a venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, for concluída, este seria o primeiro passo concreto nas tentativas da Petrobras de encerrar seu quase monopólio de refino no Brasil e abrir um dos dez principais mercados de combustível do mundo para investidores privados.

De acordo com a reportagem da Reuters, entre os possíveis candidatos a compradores estão o fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos, Mubadala Investment Co e a gigante de refino chinesa Sinopec. O conglomerado

Entre os possíveis candidatos a compradores da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, estão o fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos, Mubadala Investment Co e a gigante de refino chinesa Sinopec

indiano Essar Group, que possui operações de exploração em seu país e ativos de refino e distribuição de combustível na Grã-Bretanha, estava inicialmente interessado em uma refinaria menor da Petrobras, mas não se descarta que possa também concorrer à Rlam, disseram duas fontes.

De acordo com a Reuters, Petrobras, Mubadala e Essar não quiseram comentar o assunto. A Sinopec não respondeu pedido de comentário. Mais tarde, em comunicado após questionamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre a reportagem da Reuters, a Petrobras confirmou que receberá propostas pela refinaria na Bahia hoje, mas não forneceu detalhes adicionais.

A Petrobras planeja vender metade de sua capacidade de refino, ou oito refinarias, começando com a primeira unidade de combustível do Brasil, construída em 1950 e também conhecida como Rlam. Mesmo que o monopólio da Petrobras tenha sido extinto por lei há duas décadas, a estatal manteve o controle de mais de 98% da produção de combustível do Brasil.

A unidade pode processar 323 mil barris por dia, ou cerca de 14% da capacidade total do Brasil, e será vendida em conjunto com dutos e terminais. A planta requer reformas, de

acordo com uma das fontes.

A pandemia de Covid-19 afetou o valor das refinarias que a Petrobras pretende vender até 2021. Com as pessoas isoladas em casa, a demanda mundial por combustíveis caiu, com consequente queda no preço do petróleo.

Nenhum grupo interessado na compra no pré-pandemia recuou de seus planos, disse uma das fontes, mas preços foram recalculados. O processo de venda tem atrasado desde 2019. No início do ano, candidatos pediram mais tempo à Petrobras para buscar mais fontes de financiamento.

Com a pandemia, o processo atrasou novamente, diante de restrições a inspeções in loco que dificultaram o trabalho de avaliação conhecido como due diligence, informou a Reuters. A due diligence foi concluída em parte das refinarias.

BB já opera linha emergencial para pequenas empresas

CRÉDITO O superintendente do Banco do Brasil na Bahia, Pedro Marques, anunciou à Fecomércio-BA, ontem, que as agências do banco no estado iniciaram esta semana a coleta de propostas do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) entre as micro e pequenas

empresas. Segundo o Ministério da Economia, os bancos privados só devem iniciar a operação desse programa de crédito emergencial a partir de 15 de julho.

Ainda de acordo com o superintendente do BB, os empresários interessados, clientes ou não do Banco do Brasil, devem procurar as agências

da instituição no estado. Antes do contato, é importante já estar de posse da carta enviada pela Receita Federal às empresas. Quem não recebeu o documento, deve entrar em contato com o seu contador ou acessar o site da Receita Federal. A expectativa da Receita Federal é liberar, em todo o país, R\$ 3,7 bilhões pa-

ra cerca de 180 mil clientes.

Os recursos do Pronampe podem ser utilizados para capital de giro ou investimentos. O programa é amparado pelo Fundo de Garantia de Operações (FGO), com prazo de até 36 meses, carência de até oito meses e juro composto de Selic mais 1,25% ao ano.

Estados e municípios proibidos de cortar salário de servidores

Supremo impede redução temporária diante da crise gerada pela covid-19

Das agências

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

Por 7 votos a 4, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem impedir que estados e municípios endividados reduzam o salário dos servidores públicos como forma de ajustar as contas públicas. O sinal vermelho do Supremo à aplicação da medida frustra governadores e prefeitos, que esperavam poder usar esse instrumento para reequilibrar as finanças. A situação ficou ainda mais dramática com os efeitos da pandemia do novo coronavírus.

No mês passado, o presidente Jair Bolsonaro congelou os salários do funcionalismo público até janeiro de 2022. A decisão foi apoiada pelos governadores das unidades da federação, em reunião virtual com o presidente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Enquanto os servidores públicos foram protegidos pela decisão de ontem da Suprema Corte, a medida provisória aprovada pelo governo Bolsonaro, ainda em abril, permitiu que funcionários da iniciativa privada tivessem uma redução de jornada e de salário entre 25% e 70%. Seguindo o governo federal, cerca de 11.141 milhões de trabalhadores de empresas privadas já tiveram o salário reduzido ou suspenso após a vigência da MP.

A discussão no Supremo foi concluída ontem com a retomada do julgamento sobre a validade da Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), sancionada pelo então presidente

Fernando Henrique Cardoso, em 2000. No mesmo ano, chegou ao Supremo a ação, cujo julgamento foi concluído apenas nesta quarta, em plena pandemia. Para a maioria dos ministros do STF, a redução de salário de servidor público afronta a Constituição por violar o princípio da irredutibilidade dos vencimentos.

Um dos artigos da LRF - que permite reduzir jornada de trabalho e salário de servidores públicos caso o limite de gasto com pessoal, de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), seja atingido - foi derubado de forma unânime pelo STF, em 2002, em uma avaliação preliminar. Agora, com uma composição do tribunal quase totalmente diferente, o STF analisou o mérito da questão, mantendo a suspensão do dispositivo.

VOTAÇÃO

Em agosto do ano passado, seis ministros do Supremo já haviam votado contra a redução de salário dos servidores públicos: Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Edson Fachin, Luiz Fux e Marco Aurélio Mello.

O julgamento foi concluído na tarde de ontem com a manifestação do decano, Celso de Mello, que não participou da discussão em 2019 por estar de licença médica. Em uma curta leitura do voto, Celso de Mello acompanhou o entendimento da maioria dos colegas.

Nas contas do Tesouro Nacional, 12 estados fecharam 2018 gastando mais do que o permitido com a folha de pessoal. Com a redução da jornada e do salário, os estados que ultrapassam o limite poderiam economizar até R\$ 38,8 bilhões.

"A escolha foi feita pela



“O custo social de corte de salário de servidor público é vivermos o perigo constante de greve de servidores, que é muito pior que as possibilidades razoáveis criadas pela Constituição Federal, que prevê a demissão Luiz Fux

Ministro do Supremo, ao relatar seu voto, contrário ao corte



“A discussão não é reduzir salário e jornada ou seguir como está. É isso ou desemprego. A Constituição fez o 8 ou o 80. É perda da estabilidade, com consequente perda do cargo público por questões orçamentárias, fiscais Alexandre de Moraes

Relator da ação no STF votou a favor da redução de salário

própria Constituição, que estabeleceu todas as hipóteses de enxugamento da máquina sem fazer constar a redução de salário de servidores. O custo social de corte de salário de servidor público é vivermos o perigo constante de greve de servidores, que é muito pior que as possibilidades razoáveis criadas pela Constituição Federal, que prevê a demissão”, disse o ministro Luiz Fux, em 2019.

RELATOR

Em seu voto, também lido no ano passado, o relator da ação no STF, ministro Alexandre de Moraes, também observou que a Constituição prevê, em situações extremas, a própria demissão de servidores públicos estáveis, enquanto a LRF permite a adoção de medidas menos radicais, com a flexibilização temporária da jornada de trabalho e salário. Para Moraes, o caminho intermediário preserva a estabilidade do serviço público.

"A discussão não é reduzir salário e jornada ou seguir como está. É isso ou desemprego. A Constituição fez o 8 ou o 80. É perda da estabilidade, com consequente perda do cargo público para sempre, por questões orçamentárias, fiscais. O que a lei de responsabilidade fiscal fez foi permitir uma fórmula intermediária, aqui não é hipótese de perda da estabilidade. A Constituição previu o mais radical. A lei não poderia de forma absolutamente razoável estabelecer algo menos radical e temporário?"

"Por que a lei não poderia permitir de forma razoável, proporcional, sempre temporária, a chance do servidor público se manter no seu cargo (por um salário inferior)? Por que exigir que ele perca o cargo, se em um ano e meio, dois anos, a situação (do Executivo) pode se alterar?", indagou Moraes na época.

Além de Alexandre de Moraes, se posicionaram a favor da redução de salário apenas os ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Dias Toffoli.

12 estados fecharam 2018 gastando mais que o permitido com a folha de pessoal

38,8 bilhões seriam economizados por esses estados com redução de jornada e de salários dos servidores

11.141 milhões de trabalhadores da iniciativa privada já tiveram jornadas e salários reduzidos após MP do governo

7 ministros do STF votaram contra a redução do salário dos funcionários públicos; enquanto 4 votaram a favor da medida para preservar os cargos na crise gerada pelo vírus

Novos concursos só com estudos de impacto fiscal

A autorização para novos concursos públicos agora vai depender dos resultados de estudos de impacto de longo prazo da despesa com pessoal. A exigência foi criada pelo Ministério da Economia para "fortalecer a capacidade institucional" e "preservar o equilíbrio fiscal dos estados". Com isso, a pasta quer prever gastos com pro-

gressões, promoções, reajustes e gratificações dos servidores.

A novidade consta de instrução normativa assinada pelo ministro Paulo Guedes e publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem.

A norma modifica a instrução original, de agosto de 2019, que endureceu os critérios e procedimentos ge-

rais para autorização de concursos públicos na administração federal.

Em maio deste ano, o Senado aprovou proposta que impedia a ampliação dos serviços públicos mediante novos concursos, que ficaram vedados até 31 de dezembro de 2021.

Os estudos de impacto fiscal dos concursos no longo

prazo se somam a outros requisitos que os órgãos públicos precisarão cumprir para solicitar a realização dos certames, como a disponibilidade orçamentária - financeira e o alinhamento da admissão de pessoal com o aumento na eficiência e da eficácia e efetividade na prestação de serviços e nas políticas públicas.

Em 2019 os critérios para autorização de novos concursos foram revistos

MANETE FOTOS/DIVULGAÇÃO



As montadoras instaladas no país esperam encerrar o ano com a produção de 1,675 milhão de unidades

Indústria espera retomada lenta

Montadoras preveem produzir este ano 40% a menos em relação à projeção inicial

Geraldo Bastos

REPORTAGEM
geraldo.bastos@ired Bahia.com.br

A indústria automobilística nacional é um dos setores da economia que mais tem sentido os efeitos da crise provocada pela pandemia. Para se ter uma ideia, as 65 fábricas em atividade no país esperam encerrar o ano com uma produção total de 1,675 milhão de veículos, entre automóveis de passeio, comerciais leves, caminhões e ônibus. A projeção inicial do setor, divulgada em janeiro, previa 3,050 milhões de unidades, ou seja, 40% a mais. Para piorar o cenário, os planos de investimentos das empresas estão congelados, os empregos em risco e a retomada do setor será lenta.

"Entramos em 2020 bastante otimistas, mas infelizmente o mundo foi atropelado pela pandemia. Vai ser um ano difícil", diz Luiz Carlos Moraes, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), lembrando que a produção da indústria automobilística ficou praticamente parada nos meses de abril e maio. As vendas também minguaram. Neste mês de junho, até terça-feira (23),

O setor automotivo está tentando segurar os empregos ao máximo possível, usando os mecanismos da Medida Provisória 936

Luiz Carlos Moraes

Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea)



DIVULGAÇÃO

por exemplo, foram licenciados, na Bahia, 3.124 veículos, uma queda de 46,4% em relação a igual período do ano passado. No acumulado do ano, as vendas encolheram quase 38% em todo o estado.

O presidente da Anfavea prevê uma retomada lenta e diz que é difícil prever quando o setor voltará aos patamares pré-pandemia. "É muito difícil precisar em quantos anos voltaremos ao nível pré-crise até porque vai depender também da agilidade do governo na aprovação de reformas, se vai fazer a reforma tributária, se vai estimular projetos de infraestrutura", diz.

Para piorar, os empregos nas fábricas não estão garantidos. "Sendo bem transparente: eu acho que o emprego está em risco, sim", conta Moraes. "Quando você tem uma retração desta magnitude e, por outro lado, se a retomada for lenta, a gente vai ter dificuldades. O setor está tentando segurar os empregos ao máximo possível, usando os mecanismos da Medida Provisória 936", acrescentou.

A MP 936 permite a redução de salários e jornadas e a suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia de covid-19. Luiz Carlos Moraes conta que praticamente todas as empresas do setor usaram esse mecanismo. "A MP é muito boa, mas ela é temporária", afirma.

A entidade, diz Moraes, tem feito um trabalho "forte" em busca de alternativas para capital de giro de toda a cadeia do setor, que envolve as montadoras, fornecedores e concessionárias. Uma das alternativas para assegurar a manutenção do fluxo de caixa prevê a ajuda do BNDES, que receberia como garantia os créditos tributários que as montadoras têm a receber do governo, e que gira em torno de R\$ 25 bilhões. "A discussão em relação aos créditos tributários avançou. Não está resolvida ainda, mas a gente está tendo um bom diálogo com a equipe econômica, tentando encontrar um caminho".

A retomada das atividades nas fábricas está

PRODUÇÃO

2,788
milhões de veículos, entre automóveis de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões, foram produzidos no Brasil em 2019

9,4%
foi o crescimento da produção de veículos no ano passado em relação a 2018

222.810
veículos foram produzidos na Bahia no ano passado, segundo a Anfavea

46,4%
foi a queda no licenciamento de veículos novos na Bahia em junho (até o dia 23). Foram emplacados, no estado, neste período, 3.124 unidades

em curso, mas o nível de produção dependerá do estoque atual. Hoje, a rede de concessionárias e as fabricantes têm em estoque veículos para até três meses de venda. É muito e inviabiliza, claro, a plena atividade das empresas. É o caso da Nissan, que esta semana anunciou a demissão de quase 400 trabalhadores da unidade de Resende (RJ). A montadora decidiu reduzir um turno da fábrica.

SEGURANÇA

Os fabricantes também estão empenhados em garantir as condições de segurança para que as empresas voltem a produzir, com a criação de um protocolo mínimo de retorno. "O que observamos na indústria de uma maneira geral é o seguinte: tinha área que estava rodando em dois turnos, outras em até três. Agora essas empresas estão voltando com a preocupação com a pandemia. Foi preciso reinventar a questão da higienização das linhas de produção, de banheiros, restaurantes, mudou de forma muito forte como garantir uma maior segurança e e assim evitar contaminações. Isto por si só já diminui a velocidades das linhas de produção. Tem fábrica com 3 mil, 5 mil, 8 mil trabalhadores. Então o cuidado é muito grande", diz o presidente da Anfavea.

E ele completa: "A indústria depende da demanda, do consumidor final. Como a demanda ainda está muito baixa não adianta trabalhar em dois turnos, voltar a fábrica na velocidade normal porque você não vai ter cliente para comprar, vai estocar e consumir capital de giro. A velocidade da linha, então, vai depender desses dois fatores: segurança dos trabalhadores e o retorno da demanda final".

Diante da necessidade de preservar caixa, Moraes afirmou que os planos de investimentos do setor estão congelados. A boa notícia é que o cronograma de lançamentos previsto para este ano está sendo cumprido. Ele afirmou ainda que as sucessivas crises do governo federal também têm prejudicado o setor. "Essa crise política numa meio de uma pandemia dessa dimensão não ajuda. O debate faz parte, opiniões diferentes fazem parte da democracia, mas briga não. O Brasil está muito dividido, estamos sempre nos extremos. A política deveria ser usada para juntar opiniões diferentes e construir soluções para sairmos o mais rápido possível desta crise. Pensar em 2022 não ajuda a resolver a crise de 2020", afirmou.

Em isolamento e sem perspectivas

Vinicius Nascimento*
REPORTAGEM
@reusouvinino

O ano de 2019 indicava um futuro promissor a Larissa Rodrigues, de 24 anos. Recém-formada em Administração, já atuava no ramo de vendas e foi efetivada na empresa, que lhe mandou para Natal (RN). Em setembro daquele mesmo ano as coisas começaram a desandar: uma mudança na chefia e veio o desemprego. Ela até conseguiu um outro trabalho em Salvador, mas a startup não se mostrou muito confiável.

Só em 2020, foram mais de 40 processos seletivos. Aí veio a pandemia e piorou ainda mais as coisas. Morando com a mãe, que é do grupo de risco, não tinha como sair e buscar colocação. Larissa se juntou a outros mais de 2 milhões de baianos que gostariam de trabalhar, mas não procuraram trabalho em maio por causa da pandemia ou por não haver vagas. O número foi divulgado na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ontem.

Desta vez, a PNAD focou em fazer um levantamento sobre os impactos da covid-19 em território brasileiro. Na Bahia, um total de 2,893 milhões de pessoas tiveram dificuldades de acesso ao mercado de trabalho em decorrência da pan-

Emprego Mais de 2 milhões de baianos pararam busca por trabalho por causa da pandemia

demia. O estado só ficou atrás de São Paulo - que é o mais populoso do país.

Larissa não é a única a passar pelo drama do desemprego em sua casa. Além da mãe, aposentada, a irmã foi demitida logo no início da pandemia e ainda não conseguiu ter o seu auxílio emergencial liberado. Ela tem uma filha, ainda criança, de quem dá conta sozinha por conta do pai ausente.

"Sempre procurei ser organizada, dar orgulho, trabalhar para ajudar em casa e agora voltei a depender de minha mãe, que ganha uma aposentadoria de menos de R\$ 2 mil. Isso não acontecia desde que eu era adolescente. E é complicado porque não tem perspectiva. No desespero, eu poderia trabalhar com qualquer coisa, mas é impossível. Seria arriscado eu sair na rua pra trabalhar porque minha mãe é grupo de risco e não temos plano de saúde", conta Larissa.

Analista de dados do IBGE, Mariana Viveiros explica que o mercado de trabalho da Bahia tem dificuldades históricas e costuma sofrer bastante quando os chamados fatores externos acontecem e lhe impactam: crises econômicas globais ou uma pandemia, por exemplo.

"Em relação às pessoas que procuraram, continua com uma taxa alta. E o que surge de novo são as pessoas que nem procuraram por causa da pandemia. Isso faz sentido que porque as empresas e estabelecimentos estão fechados. Além disso há pessoas não querem se expor a procurar trabalho com tão pouca oferta", diz.

SERVIÇOS

Professor de economia e finanças, Antonio Carvalho pontua que a Bahia tem a 4ª maior população do Brasil, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Contudo, tem um processo de industrialização reduzido quando comparado a esses estados e isso faz com que a economia baiana seja majoritariamente de serviços.

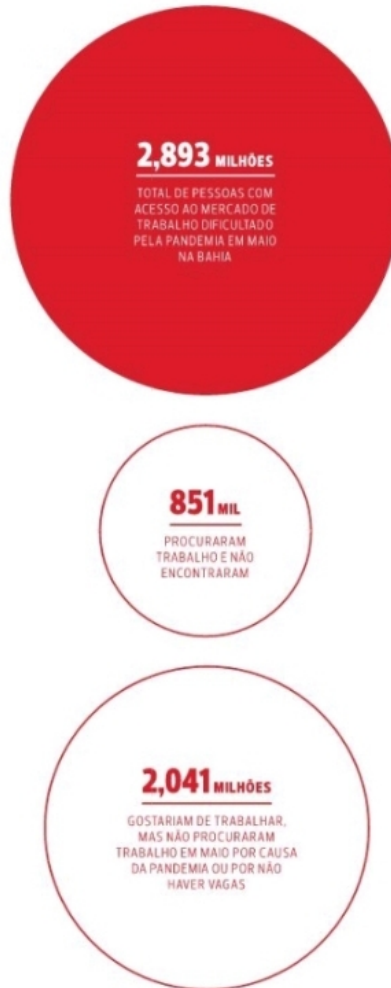
A capital Salvador, por exemplo, vive em torno de turismo, hotelaria, academias, comércio varejista, bares e restaurantes. Setores que estão impedidos de abrir durante as medidas de isolamento social. "A pandemia é um fator externo à economia, mas que lhe impacta diretamente. E não temos muito claro um horizonte de melhorias dessa situação sanitária", diz o especialista.

A PNAD Covid-19 também apontou que na Bahia, em maio, 4 de cada 10 trabalhadores tiveram redução do rendimento efetivamente recebido. A renda ficou, em média 21,7%, menor que o habitual antes da pandemia.

Superintendente de Desenvolvimento do Trabalho no Estado da Bahia, Mário Gavião afirma que o Estado começou a elaborar um plano de retomada da economia e que isso acontecerá de forma gradual e de formas múltiplas.

No entanto, ele pondera que não dá para fazer um modelo ofensivo de geração de empregos durante a pandemia. Isso demanda, entre outras coisas, investimento em obras públicas e um grande planejamento de gestão de recursos humanos - coisas que não são possíveis de acontecer em um contexto em que o distanciamento social é o recomendado para salvar vidas.

*COM SUPERVISÃO DA EDITORA CLARISSA PACHECO



NÚMERO DE PESSOAS COM DIFICULDADE DE ARRANJAR EMPREGO EM MAIO, POR ESTADO (EM MILHÕES)

Fonte: IBGE

Segundo IBGE, país tem 10,1 milhões de desocupados

O contingente de pessoas desocupadas somou 10,1 milhões no país em maio, segundo os dados da PNAD Covid19, divulgados ontem pelo IBGE. A taxa de desocupação no Brasil atingiu 10,7% no mês. A pesquisa revela que tanto a desocupação e a informalidade são maiores nas regiões Norte e Nordeste, mulheres e entre pessoas pretas ou pardas.

O Nordeste e o Norte são as regiões que apresentaram maiores taxas de desocupa-

ção em maio: 11,2% e 11,0%, frente a Centro-Oeste (11,4%), Sudeste (10,9%) e Sul (8,9%). "O destaque é a região Sul, que teve o menor nível de desocupação", disse Maria Lúcia Vieira, coordenadora de Rendimento e Emprego do IBGE.

A taxa de desocupação entre as mulheres (12,2%) foi maior que a dos homens (9,6%). Por raça ou cor, a taxa de desocupação da população preta ou parda atingiu 12% e população branca, 9,2%.

O IBGE apontou 29,1 milhões de pessoas ocupadas na informalidade por meio da pesquisa no mês de maio. Nesse recorte, a taxa de informalidade entre pretos e pardos é de 38,6%, contra 30,2% de brancos. Por região, a informalidade no Norte (48%) e no Nordeste (45,4%), enquanto a média do Brasil era de 34,7% no mês.

Em maio, a PNAD Covid19 estimou que o país tinha 169,9 milhões de pessoas em idade de trabalhar, isto é,

com mais de 14 anos. Segundo o IBGE, 84,4 milhões de pessoas estavam na população ocupada em maio. Outros 75,4 milhões estavam fora da força de trabalho (que não trabalhava, nem procurava por trabalho).

Ainda segundo o PNAD Covid19, cerca de um terço da população brasileira que continuou trabalhando durante a pandemia (18,3 milhões de pessoas ou 27,9%) trabalhou menos do que sua jornada habitual.

Correio***24h****ECONOMIA**

10

S3

FMI prevê queda de 9,1% para o PIB do Brasil este ano

RECESSÃO A evolução da pandemia do coronavírus levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a piorar a projeção de queda do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2020, de -5,3% em abril para -9,1% agora, de acordo com as atualizações de previsões divulgadas pelo documento Perspectiva Econômica Mundial. Se confirmada a previsão do Fundo, o tombo da economia brasileira deverá ser o maior em 120 anos, pelo menos. Para 2021, o FMI elevou a estimativa de crescimento de 2,9% para 3,6%.

Dois fatores relacionados diretamente com a doença foram determinantes para a deterioração da estimativa para o PIB deste ano: um deles foi o abalo na economia doméstica provocado pela enfermidade, que inclusive

4,9%

é a previsão do Fundo Monetário Internacional para a queda do Produto Interno Bruto (PIB) global este ano

provocou efeitos muito ruins na confiança de consumidores e de empresários.

Além disso, o ambiente externo ficou negativo com a crise internacional gerada pela covid-19, o que abalou o fluxo de capitais para emergentes e os preços de commodities.

"Na América Latina, onde muitos países continuam lutando para conter infecções, as duas maiores economias, Brasil e México, têm estimativa de contração de 9,1% e 10,5%, respectivamente em 2020", apontou o Fundo. O FMI aponta que o PIB global deve recuar 4,9% neste ano.

De forma inédita, o Fundo Monetário Internacional também divulgou uma atualização dos indicadores de contas públicas do documento Monitor Fiscal, divulgado em abril.

Como a crise global é profunda e demandou uma elevação substancial dos gastos

de governos, que atingiu US\$ 10,7 trilhões para atender as demandas de saúde pública e para evitar que o nível de atividade entrasse em depressão, ocorreu um aumento generalizado para o déficit nominal e dívida pública bruta dos países-membros do Fundo.

No caso do Brasil, o déficit nominal deverá atingir 16% do PIB neste ano, acima dos 9,4% estimados em abril. Em relação a 2021, o indicador atingirá 5,9% do PIB, pouco abaixo dos 6,1% previstos há dois meses.

Nesse contexto, a dívida pública bruta deverá superar os 100% do PIB neste ano e no próximo. Para 2020, deve atingir 102,3% do PIB, nível maior que os 98,2% projetados em abril. Em relação a 2021, haverá uma redução, mas atingirá 100,6% do Produto Interno Bruto, acima dos 98,2% da estimativa anterior.

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL AUMENTA 2,17%

GOVERNO O arrefecimento das turbulências provocadas pela pandemia e o baixo volume de vencimentos fizeram o endividamento do governo subir pela primeira vez em dois meses. A Dívida Pública Federal (DPF), que inclui o endividamento interno e externo do governo federal, subiu, em termos nominais, 2,17% em maio, na comparação com abril, informou ontem a Secretaria do Tesouro Nacional. O estoque passou de R\$ 4,161 trilhões para R\$ 4,251 trilhões.

BRASKEM INVESTE EM ENERGIA SOLAR

EMPRESA A Braskem anunciou ao mercado mais um contrato de longo prazo para compra de energia renovável, desta vez com a Canadian Solar, uma das maiores empresas do ramo no mundo. O acordo viabiliza a construção de uma usina no norte de Minas, e garante o fornecimento por 20 anos, representando mais um importante avanço na estratégia de energia sustentável da companhia, em linha com seus esforços para ampliar o uso de matrizes energéticas limpas e sustentáveis em sua operação.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Pacote de ruído assusta o capital

O Brasil tem sido visto como um pacote de problemas pelos investidores. Há baixa perspectiva de crescimento, alta aceleração da dívida, ruídos institucionais e má condução da pandemia. É o que explica Alberto Ramos, economista-chefe para América Latina do banco americano Goldman Sachs. Ele também avalia como tímidas as reformas aprovadas nos últimos quatro anos, como a da Previdência, porque ela não incluiu estados e municípios e manteve privilégios para algumas categorias.

Ramos é português de nascimento e está na Goldman Sachs desde 2003. Antes disso, foi economista sênior do FMI. É PhD em Chicago, onde foi professor. Tinha tudo para achar que um governo que chegou ao poder defendendo um programa liberal estaria no caminho certo. Ele é defensor de um programa forte de reformas e acha que elas serão mais necessárias depois da pandemia, porque a projeção do FMI, divulgada ontem, é de que a dívida brasileira chegará a 100% do PIB.

"O Brasil está sofrendo o que todo mundo está sofrendo na pandemia, mas, além disso, tem ruídos políticos e institucionais

que persistem e podem levar à perda de governabilidade. São coisas que não ajudam, com risco fiscal elevado, e a economia sem crescimento e com desemprego alto", alerta.

O economista faz uma lista do que considera como ruídos provocados pelo governo, que, em sua visão, trabalha com uma "polarização muito grande", o que não ajuda na recuperação da crise.

"Tem ruído entre governo e Congresso, entre governo e STF, entre governo e imprensa, entre o governo e o próprio governo, da equipe econômica do Paulo Guedes com assessores do presidente e outros ministros. Houve as saídas dos ministros da Educação, da Justiça, de dois ministros da Saúde em ple-

na pandemia. Há fricção entre o governo federal e governadores", afirmou.

Este ano, os investidores estrangeiros já tiraram R\$ 73 bilhões da bolsa brasileira e o risco-país subiu acima da média de outros países emergentes. A recuperação do índice Ibovespa, que saltou da casa dos 65 mil para os 95 mil pontos, aconteceu principalmente pela entrada do investidor pessoa física brasileiro, que tem fugido da baixa rentabilidade da renda fixa. Muitos são pequenos investidores tendo a primeira experiência. A grande dúvida, para quem faz projeções de longo prazo no país, é se o Banco Central vai conseguir manter a taxa Selic em patamares baixos, caso o governo e o Congresso não con-

sigam transmitir confiança de que vão conter a escalada da dívida.

"O Brasil é como uma família que já estava no cheque especial e sofreu um acidente de carro. Vai ter que se endividar mais para consertar o veículo. E com isso pode ter que pagar juros mais caros no cartão. No pior cenário, pode até ficar sem o cartão", disse.

A imagem do cartão serve para explicar a situação fiscal do Brasil. Já não era boa antes da pandemia. Agora, como em todos os países, o gasto está dando um salto pela crise da saúde. Na visão de Alberto Ramos, o aumento da "fricção" institucional diminui a chance de se obter consensos políticos para a futura aprovação de reformas.

De Nova Iorque, onde mora e trabalha, o economista não acredita em risco de ruptura institucional no Brasil. Entende que há "excessos de linguagem" por parte de alguns atores políticos, mas faz um alerta. Continuar com esses ruídos não seria bom para a economia, porque haveria forte aumento do risco, disparada do dólar e fuga de capitais. Em outras palavras, isso aprofundaria a recessão:

"Seria um ambiente que poderia levar à retração do investimento, e com isso à destruição do potencial de crescimento da economia, pela instabilidade e aumento do risco. Isso confunde a cabeça do investidor. É ruído desnecessário e de custo econômico elevado".

Embora haja o temor de uma segunda onda do coronavírus nos Estados Unidos, a recuperação da economia americana tem sido melhor do que o esperado, na visão de Ramos. Na América Latina, o cenário é pitoresco: há dois líderes conservadores, Bolsonaro e Piñera, promovendo aumento de gastos, um populista de esquerda no México cortando despesas, e o FMI na Argentina aplaudindo quebras de contratos e permitindo reestruturação da dívida.

Tribuna

Raio Laser

Juntos

Mais uma vez, o prefeito ACM Neto (DEM) e o governador Rui Costa (PT) vão estar juntos em agenda administrativa nesta quinta-feira. A previsão é de que às 10h eles inaugurem a Unidade Básica de Saúde (UBS) do Jardim

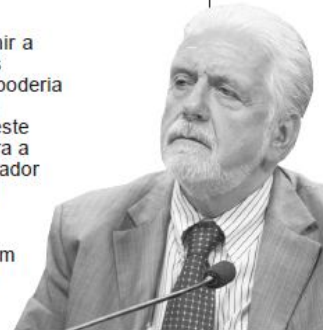
ACM Neto



Eldorado, em Pau Miúdo. A comunidade também é conhecida como Brongo do IAPI. A instalação foi construída pelo governo do Estado e será administrada pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS). O equipamento, com capacidade para atender cerca de 460 pessoas por dia, contará com a atuação de três equipes de saúde da família e outras três de saúde bucal e é mais uma iniciativa de ambos para melhorar as condições de atendimento de saúde na capital baiana.

Articulador

Cotado para assumir a secretaria de Relações Institucionais, da qual poderia pilotar a articulação da sucessão municipal deste ano, preparando-se para a disputa de 2022, o senador Jaques Wagner já deu partida na relação de encontros que, inicialmente, pretende ter com todos os candidatos a prefeito em Salvador. Wagner acha que o grupo do governador Rui Costa (PT) pode sair com, ao menos, três candidaturas na capital.



Jaques Wagner

Mais três

Na avaliação do senador, o número seria suficiente para levar a disputa contra o democrata Bruno Reis ao segundo turno. Denice Santiago (PT), Pastor Isidório (Avante), que também é cotado para ser seu vice, e Bancelar (Podemos) estão hoje na linha de frente para se manter em campo até a eleição.

Socorro

Na sessão virtual da Câmara dos Deputados, o deputado federal Daniel Almeida (PCdoB) cobrou a sanção da lei que destina R\$ 3 bilhões para trabalhadores da cultura, impactados pelo cancelamento dos festejos juninos. "Estamos aqui no Nordeste, no período de festa de São João, de congregação de tantos brasileiros. Bolsonaro, sancione a lei para dar oportunidade a quem faz cultura neste país", disse. Com a impossibilidade de realizar shows, músicos e artistas esperam pela sanção presidencial da Lei Emergencial Cultural Aldir Blanc, aprovada no Congresso.



Daniel Almeida

Hospital de campanha

A nova indicação do deputado Marcelo Veiga (PSB), apresentada na Assembleia Legislativa e direcionada ao governador Rui Costa (PT), sugere a instalação de um hospital de campanha no município de Itajuípe, para ampliar o enfrentamento à Covid-19 na região. Essa unidade de saúde, conforme documento encaminhado ao Executivo, será de fundamental importância para ampliar a capacidade de atendimento e tratamento da população local e dos municípios circunvizinhos, em razão do alto número de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus, no Sul da Bahia.

Visita virtual

O Hospital Regional Costa Cacau (HRCC), em Ilhéus, inaugurou esta semana, a sala de visita virtual. O novo ambiente disponibilizado pela unidade para visitantes, familiares e amigos de pacientes visa oferecer uma melhor estrutura e aperfeiçoar a prática de humanização do atendimento hospitalar. Os setores de Serviço Social e Psicologia do HRCC já atuam em parceria para captar e transmitir informações importantes para as famílias sobre os pacientes internados.

Ponte

Ontem, na coletiva de imprensa que lançou a candidatura de Olívia Santana e Nilinho à Prefeitura de Salvador, o vice-governador João Leão (PP) reafirmou que a ponte Salvador-Itaparica começará a ser construída ainda no mandato de Rui Costa (PT). Pelo visto, mesmo com a crise provocada pelo coronavírus, as expectativas continuam as melhores.



João Leão

STF proíbe redução de salário de servidor por estados e municípios

ROSANNE D'AGOSTINO
G1

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por maioria de votos, proibir a redução de jornada e de salário de servidores por estados e municípios quando os gastos com pessoal ultrapassarem o teto de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL). O limite é previsto em lei.

A redução salarial temporária está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas está suspensa desde 2002 pelo próprio Supremo pela possibilidade de ferir a Constituição. Nesta semana, a Corte retomou a análise de ações que questionavam diversos dispositivos da lei.

Os ministros entenderam que a redução temporária de carga horária e de salários fere o princípio constitucional de irredutibilidade, contrariando a demanda de estados e municípios que

ultrapassam o limite legal.

A maioria dos ministros seguiu o voto de Edson Fachin, que divergiu do relator, Alexandre de Moraes. O julgamento foi retomado com o voto do ministro Celso de Mello, que também acompanhou o relator.

Para Moraes, a redução salarial conforme a LRF é uma "fórmula temporária" para garantir que o trabalhador não perca definitivamente o cargo.

"A temporariedade da medida e a finalidade maior de preservação do cargo estão a meu ver em absoluta consonância com o princípio da razoabilidade e da eficiência", afirmou o relator.

Fachin, contudo, entendeu que não se pode flexibilizar a previsão da Constituição somente para gerar efeitos menos danosos ao governante, que também tem a possibilidade de demitir servidores estáveis se não conseguir cumprir o teto previsto em lei.

ANTÔNIO JOSÉ LARANGEIRA

Colbert e Rui juntos

Com o advento da pandemia do novo coronavírus, a aproximação do prefeito Colbert Martins Filho (MDB) com o governador Rui Costa (PT) tem estado em alta, fato que poderá trazer benefícios para Feira de Santana. Aliás, os primeiros passos já

começaram e bem. Já vem ocorrendo os repasses financeiros no combate ao covid 19, respiradores estão sendo cedidos do Estado para o Município e agora mesmo vai iniciar uma participação maior da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros nas ações de fiscalização na cidade no combate ao mal que assola o mundo. Colbert entende que a Polícia Militar já ajuda muito no

combate ao novo coronavírus, mas pode dar uma segurança maior no controle do isolamento social e o cumprimento do decreto municipal que pede o fechamento de setores do comércio. A comunidade agradece...

Obituário

Faleceu no ultimo final de semana aos 82 anos de vida, um dos mais antigos contadores de Feira de Santana. Refiro-me a Carlos Veiga que morreu de problema



Tribuna da l

Rua Djalma Dutra 121, Sete Portas

Conselho Editorial

Presidente	Vi
Antônio Walter Pinheiro	M

Tribuna

Covid dificultou o acesso dos baianos ao trabalho

YURI ABREU
REPORTER

Uma pesquisa divulgada ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que 2,893 milhões de pessoas, na Bahia, tiveram dificuldade de conseguir trabalho no mês de maio, impactadas de alguma forma pela pandemia do coronavírus. O levantamento faz parte da PNAD Covid-19. Conforme os dados, o cenário engloba tanto as 851 mil pessoas de 14 anos ou mais de idade que estavam desocupadas (procuraram trabalho, mas não encontraram) no estado, quanto as outras 2,041 milhões não estavam trabalhando, queriam trabalhar, mas nem chegaram a procurar emprego, seja pela Covid-19 ou por falta de oportunidades na região onde vivem.

No geral, ainda de acordo como o Instituto, o grupo representava 24,2% de toda a população de 14 anos ou mais na Bahia, ou seja, quase uma em cada

cinco pessoas no estado viu a pandemia de alguma forma interferir na busca por um ofício. O contingente baiano, no mês passado, só foi menor do que o registrado no estado de São Paulo, o mais populoso do país: por lá, quase 6 milhões de pessoas estavam passando pela mesma situação, por causa da doença. Em todo o país, mais 36 milhões de brasileiros tiveram dificuldade para encontrar emprego.

Com relação à taxa de desocupação – percentual de pessoas desocupadas em relação às que estavam na força de trabalho, fossem ocupadas ou procurando trabalho –, o índice em maio, na Bahia, foi de 14,2%, ficando apenas abaixo do registrado do Amapá (15,8%), mas bem acima da média nacional: 10,7%. Por outro lado, o dado ficou num patamar inferior ao verificado no 1º trimestre pela PNAD Continua Trimestral (18,7%).

HOME OFFICE X RENDIMENTOS

A pesquisa do IBGE também apontou que a pandemia de Covid-19 não

afetou apenas àquelas pessoas que estavam buscando trabalho, bem com as que já estão inseridas no mercado, aqui na Bahia. Em maio, das mais de 5 milhões de pessoas que tinham algum serviço, 22,7% (1,165 milhão de pessoas) estavam temporariamente afastados do trabalho em maio em virtude da necessidade de isolamento social. Por outro lado, um grupo de 280 mil (5,5% da população ocupada) estava trabalhando em regime remoto, de home office/teletrabalho, em consequência da necessidade de isolamento social. O percentual baiano estava abaixo do verificado no país como um todo (10,3% ou 8,7 milhões de pessoas trabalhando de forma remota) e era o quinto mais baixo entre os estados.

Além disso, o novo coronavírus teve impacto no rendimento médio mensal dos trabalhadores baianos. De acordo com os dados do órgão, na Bahia, quatro em cada dez pessoas ocupadas (2,127 milhões de trabalhadores) tiveram redução no que de fato receberam



Foto: Reginaldo Ipe

no mês, comparando com o que costumavam receber.

O percentual de trabalhadores com redução salarial, no estado (42,4%), foi o terceiro maior do país. Ficou abaixo apenas dos verificados em Sergipe (43,0% dos ocupados tiveram rendimento efetivo menor do que o habitual em maio) e Amapá (42,6%).

Por que ocupação de UTIs não é melhor termômetro de gravidade da pandemia

RAFAEL BARIFOUSE
BBC NEWS BRASIL

O sistema de saúde da capital do Amazonas entrou em colapso ao ser atingido

índice simplesmente não reflete o agravamento de uma epidemia, como mostra o exemplo de Porto Alegre.

O número de pacientes com covid-19 internados em UTIs na capital gaúcha es-

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 25/06/2020	Página: 06

ESTADO

Obras de macrodrenagem em Lauro de Freitas são vistoriadas

O governador Rui Costa vistoriou mais uma etapa concluída do projeto de macrodrenagem dos rios Joanes e Ipitanga na manhã desta quarta-feira (24). Rui esteve no local em que foi instalado o reservatório de amortecimento da Alameda dos Ingazeiros, em Lauro de Freitas. A obra executada pela Conder tem investimento total de R\$ 170 milhões.

O governador destacou que a obra traz uma concepção inovadora e inédita na Bahia. Ao todo, serão seis reservatórios de amortecimento com capacidade para 1,5 milhão de metros cúbicos de água. "Em dias de sol, toda esta área será usada para o lazer da população, com quadra, campo de futebol, parque infantil. Na maior parte do ano, portanto, este espaço será desti-

nado ao convívio social. No período de chuva, a função do equipamento é prevenir e evitar o alagamento nas casas. Após a água baixar, a prefeitura faz a higienização adequada e o local volta a ser uma opção de lazer para as pessoas", explicou o governador. As intervenções estão sendo realizadas em uma área total de 166 mil metros quadrados e estão incluídas no Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais. Na área vistoriada pelo governador, que fica no fundo do Ginásio de Esportes de Lauro de Freitas, foram instaladas quadras poliesportivas e um parque infantil. Embora a obra tenha sido entregue, em função da pandemia da COVID-19, a população não terá acesso aos equipamentos neste momento.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 25/06/2020	Página: 04

Tribuna

Coluna 
ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI 

HOTÉIS

● De todos os setores atingidos pela crise financeira gerada pela pandemia do coronavírus, a rede hoteleira inegavelmente é a mais afetada. Com as companhias aéreas praticamente no chão, população sem dinheiro para viajar, os hotéis fecharam. Levantamento inédito feito pela Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH) semana passada, em todos os Estados, confirmou que praticamente 95% dos hotéis associados estão fechados no Brasil. E a taxa de ocupação dos poucos que se adaptaram a regras de prefeituras é de 10%. A retomada será gradativa e fraca, a partir de julho. Proprietários responderam à ABIH que esperam 20% de ocupação – nos que não faliram. Para segurar as contas, a taxa média deve ser no mínimo de 40% da ocupação.

Saídas

● Os bares e restaurantes se viram com *delivery*; lojas de roupas conseguem vender pela internet, com entrega a domicílio também. Mas hotéis não tiveram solução imediata.

Jogos de Tóquio

● Algumas das expectativas de medalhas do COB para 2021 são futebol, natação, boxe, taekwondo, tênis de mesa, levantamento de peso, canoagem e maratona aquática.

Tribuna

Artigo

Raymundo Pinto

Contrato de trabalho em tempo de pandemia

Não há nenhuma dúvida de que o momento de seríssima crise que estamos vivendo exige não apenas medidas dos poderes públicos na área da saúde. As evidências estão a demonstrar que, ao lado disso, as repercussões na economia serão incalculáveis e devem atingir multidões, incidindo em termos bem mais graves, como já esperado, entre os mais pobres. A própria denominação de pandemia indica que o desastre se expande em escala mundial. A cobertura do assunto pela mídia tem sido intensa, chegando ao nosso conhecimento que, em numerosos países, os respectivos governos tomam urgentes providências no sentido de comprometer enormes recursos para socorrer os desempregados, bem como os indivíduos e empresas que tiveram seus negócios inviabilizados ou até faliram em definitivo. E não basta promover a facilidade na concessão de créditos. A ajuda

terá mesmo de ser na forma de doação, embora, para disfarçar, possa receber outras denominações.

Nos debates ideológicos, assiste-se, há muito tempo, se digladiarem os partidários da livre iniciativa enfrentando os que defendem a predominância da participação estatal na economia. Todavia, em períodos históricos como o atual, ninguém vai ter a coragem de negar o importante e decisivo papel do Estado. Assinale-se que injetar dinheiro público a fim de evitar desastres maiores não é suficiente. Projeções realizadas por órgãos e pessoas altamente especializados demonstram que o mundo irá experimentar, neste e no próximo ano, uma brutal e generalizada recessão. É evidente que o Brasil não fugirá à regra. Aqui, já existe quem acredite na queda do PIB (Produto Interno Bruto) entre 7 e 9%. Antes da crise, calculava-se um crescimento, no final do ano, superior a 2%, que poderia chegar, segundo os otimistas, a 3% ou mais.

Com vistas a aliviar os reflexos econômicos negativos provocados pela covid-19, o governo federal propôs ao Congresso Nacional uma ajuda inicial de R\$ 200,00 aos brasileiros mais sacrificados, mas os parlamentares consideraram insuficiente e ampliaram para R\$ 600,00 durante três meses (R\$ 1.200,00 para mulheres chefes de família). Vencido o prazo, cogita-se a prorrogação, sendo que o Ministro da Economia alertou que, se for além de duas prestações de R\$ 300,00, o orçamento da Nação não suportará. Continuam as discussões e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já se pronunciou a favor da manutenção de igual valor.

Vale salientar que tal auxílio não alcança os que mantêm contrato de trabalho. Quanto a estes, de que trata em especial o presente artigo, foi editada pelo governo, no primeiro dia de abril, a Medida Provisória n. 936, de recente aprovação pelo Senado, aguardando apenas a sanção presidencial, para transformar-se em lei. Seu título é "Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda". Prevê a adoção de duas medidas: a) suspensão temporária do contrato por no máximo 60 dias; e b) redução proporcional da jornada de trabalho e do salário por até 90 dias. Ambos os ca-

sos dependem de um acordo individual escrito entre empregador e empregado, havendo a possibilidade de acordo coletivo com o sindicato da categoria. Na hipótese de redução da jornada e do salário, se este for de 25 a 50%, o trabalhador receberá 25% do seguro-desemprego; de 50 a 70% – receberá metade do mesmo seguro; e se a redução for maior de que 70% – o empregado perceberá 70% do indicado seguro. Os recursos para remunerar o empregado durante a suspensão do contrato também serão do seguro-desemprego.

Como visto, essas iniciativas governamentais – para manter os empregos ainda existentes, bem assim aliviar a penúria do elevadíssimo número de desempregados (chega a mais de 12 milhões) e dos que perderam pequenos negócios ou empresas – têm alcance muito limitado, embora sejam necessárias e inadiáveis, pois a bastante ampliada intervenção do Estado na economia, em fases de grave crise, é algo indiscutível, qualquer que seja a ideologia.

Raymundo Pinto, desembargador aposentado do TRT, é escritor, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Academia Feirense de Letras. rapinto@uol.com.br

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 25/06/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 25 de Junho de 2020 - 10:30

Tucano: PRF-BA apreende mais de 23 mil garrafas de conhaque sem nota fiscal

Um carregamento ilegal com mais de 23 mil garrafas de conhaque foi apreendido na tarde desta quarta-feira (24) em um trecho da BR-116 de Tucano, na região sisaleira. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF-BA), a ação ocorreu no Km 277 dentro da Operação Tamoio 2. Os policiais desconfiaram da ação do motorista de um caminhão Volvo/FH 460 parado na bomba de combustível de um posto para fazer abastecimento. A suspeita aumentou quando o condutor ao avistar a viatura da PRF desistiu da ação.

Na abordagem, os PRFs notaram sinais de nervosismo e informações desencontradas. O caminhoneiro de 47 anos relatou que estava carregado de bebidas, porém não portava a nota fiscal da mercadoria, pois só iria receber no percurso da viagem. O homem disse que tinha feito o carregamento em Salvador com destino em Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco.

No compartimento de carga, os agentes federais encontraram a mercadoria irregular. Foram apreendidas 23.520 garrafas de conhaque sem comprovação legal.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 25/06/2020	



SUPREMO DECIDE QUE REDUÇÃO DE SALÁRIO DE SERVIDOR PÚBLICO É INCONSTITUCIONAL



admin 25 Junho, 2020

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 7 a 4 votos, que é inconstitucional a redução da jornada e de salário dos servidores públicos, caso a administração pública estoure os limites com gastos de pessoal. O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2238 foi concluído com o voto do ministro Celso de Mello, que na época da análise inicial da ação, em agosto de 2019, estava de licença médica.

Celso de Mello disse que seu voto era extenso e leu um trecho da defesa: “Sendo assim, depois de expor as razões pelas quais entendi pertinentes, em face das razões expostas e considerando, sobretudo, os precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, peço vênia ao eminente ministro relator, Alexandre de Moraes para, diissantindo quanto a esse específico ponto da controvérsia e acompanhar o entendimento divergente manifestado pela eminente ministra Rosa Weber, em ordem, a confirmar quantos as normas oras examinadas a medida cautelar que lhes suspendeu a eficácia e a plicabilidade e e em consequência, declarar a inconstitucionalidade da expressão normativa “quanto pela

redução dos valores a eles atribuídos” inscrito no parágrafo 1º, bem assim do inteiro teor do parágrafo 2º, ambos do artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

O presidente ministro Dias Toffoli proclamou o resultado: “Por maioria, a ação foi julgada procedente, tão somente para declarar parcialmente a inconstitucionalidade, sem redução de texto do artigo 23, parágrafo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo a obstar interpretação segundo a qual é possível reduzir os valores, função ou cargo que estiver provido e quanto ao parágrafo 2º do artigo 23, declararam a sua inconstitucionalidade, ratificando a cautelar”.

No julgamento do ano passado, já haviam votado contra a redução salarial os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux, Marco Aurélio Mello. A ministra Carmen Lúcia também votou contra a redução salarial, mas votou parcialmente a favor da redução da jornada. Ficaram vencidos os votos pela inconstitucionalidade do relator, ministro Alexandre de Moraes, e dos ministros Dias Toffoli, Roberto Barroso e Gilmar Mendes.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/06/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 24 de Junho de 2020 - 21:34

Senado aprova novo marco legal do saneamento básico; texto segue para sanção

O Senado aprovou nesta quarta-feira (24) o projeto que institui o novo marco legal do saneamento básico, que estabelece medidas para a ampliação da participação privada no setor. O texto foi aprovado por 65 votos a 13 e agora depende da sanção do presidente Jair Bolsonaro.

A proposta tem como objetivos a universalização do saneamento (prevendo coleta de esgoto para 90% da população) e o fornecimento de água potável para 99% da população até o fim de 2033.

O novo marco vem sendo discutido desde 2018 no Congresso Nacional e duas medidas provisórias sobre o tema foram editadas, mas perderam a validade por falta de consenso entre os parlamentares sobre a aprovação do texto.

Atualmente, o saneamento é prestado por empresas públicas estaduais. O novo marco tem o objetivo de aumentar a concorrência do serviço.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/06/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 24 de Junho de 2020 - 21:20

STF proíbe corte salarial de servidores estaduais e municipais e veta redução de repasse

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta quarta-feira (24), que o Executivo não pode reduzir o repasse de verbas aos Legislativo e Judiciário em tempos de crise financeira. A medida vale para todo o território brasileiro e resulta da conclusão da análise de ações que questionavam a **lei de Responsabilidade Fiscal**.

No julgamento os ministros também invalidaram um trecho da legislação que permitia o corte de salário de servidores públicos com redução proporcional de carga horária.

A LRF foi sancionada no ano 2000 e, desde 2002, a permissão para diminuição de vencimentos quando se ultrapassa os 60% de gastos correntes com pessoal estava suspensa por decisão liminar provisória, expedida pelo próprio Supremo.



Publicado em 24/06/2020 às 17h08.

Com alta de 2,17%, Dívida Pública Federal voltou a subir no mês pasado

Estoque passou de R\$ 4,161 trilhões para R\$ 4,251 trilhões, informou a Secretaria do Tesouro Nacional



Foto: Marcello Casais Jr/Agência Brasil

Wellton Máximo

O arrefecimento das turbulências provocadas pela pandemia do novo coronavírus (covid-19) e o baixo volume de vencimentos fizeram o endividamento do governo subir pela primeira vez em dois meses. A Dívida Pública Federal (DPF), que inclui o endividamento interno e externo do governo federal, subiu, em termos nominais, 2,17% em maio, na comparação com abril, informou nesta quarta-feira (24) a Secretaria do Tesouro Nacional. O estoque passou de R\$ 4,161 trilhões para R\$ 4,251 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), que é a parte da dívida pública em títulos no mercado interno, subiu 2,26% em maio, passando de R\$ 3,944 trilhões para R\$ 4,033 trilhões.

A alta deve-se, segundo o Tesouro, à emissão líquida de R\$ 73,58 bilhões na DPMFi. Além disso, houve a apropriação positiva de juros (quando os juros da dívida são incorporados ao total mês a mês), no valor de R\$ 15,28 bilhões. A emissão líquida de títulos da Dívida Pública Mobiliária Interna deu-se pela diferença entre o total de novos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional – R\$ 86,65 bilhões – em relação ao volume de títulos resgatados (embolsado pelos investidores), que somou R\$ 13,08 bilhões.

Por causa da volatilidade do mercado provocada pela pandemia, o Tesouro tinha feito menos leilões em março e abril para não aceitar as taxas pedidas pelos investidores. No entanto, a melhoria das condições de mercado permitiu ao Tesouro retomar as emissões, principalmente de papéis prefixados e vinculados à taxa Selic.

Mercado externo

Depois de dois meses de forte alta, o estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFe), em circulação no mercado internacional, aumentou apenas 0,41%, passando de R\$ 217,11 bilhões para R\$ 218 bilhões de abril para maio. A dívida subiu apesar da queda de 0,01% no dólar observada no mês passado. Tradicionalmente, a moeda norte-americana é o principal fator de correção da dívida externa.

A variação do endividamento do Tesouro pode ocorrer por meio da oferta de títulos públicos em leilões pela internet (Tesouro Direto) ou pela emissão direta.

Além disso, pode ocorrer assinatura de contratos de empréstimo para o Tesouro, tomado de uma instituição ou de um banco de fomento, destinado a financiar o desenvolvimento de uma determinada região. A redução do endividamento se dá, por exemplo, pelo resgate de títulos, como se observou ao longo do último mês.

Este ano, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá ficar entre R\$ 4,5 trilhões e R\$ 4,75 trilhões, segundo o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2020, apresentado em janeiro.

Detentores

As instituições financeiras foram as principais detentoras da Dívida Pública Federal interna, com 26,77% de participação no estoque. Os fundos de investimento, com 25,85%, e os fundos de pensão, com 24,88%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

Com a retirada de recursos de investidores internacionais do Brasil, decorrente da crise econômica, a participação dos não residentes (estrangeiros) caiu, atingindo 9,11% em maio. Este é o menor percentual de estrangeiros na dívida interna desde 2009. Os demais grupos somam 13,4% de participação, segundo os dados apurados no mês.

Composição

Quanto à composição da DPF de acordo com os tipos de títulos, a fatia dos papéis corrigidos por taxas flutuantes subiu para 38,85% do total da dívida. Em seguida, vieram os papéis prefixados, cuja participação aumentou de 28,85% para 29,41%, devido principalmente à emissão líquida e ao baixo volume de vencimentos no mês. Em maio, o Tesouro emitiu R\$ 40,73 bilhões de papéis prefixados a mais do que resgatou.

A participação dos papéis corrigidos pela inflação caiu de 26,87% para 26,3%, por causa do alto volume de vencimentos desses papéis que ocorre no segundo mês de cada trimestre. Os títulos do grupo cambial, que sofrem variação com base na taxa de câmbio, tiveram sua participação reduzida de 5,54% para 5,44% do montante total da DPF, principalmente por causa da pequena queda do dólar no mês passado.

poder

PAINEL | **Camila Mattoso**
painei@grupofolha.com.br

Válvula de escape

A pressão vinda de dentro do próprio governo e de aliados no Congresso pela prorrogação do auxílio emergencial com o valor cheio de R\$ 600 fez a equipe econômica acelerar o passo na elaboração do Renda Brasil, que sucederá o Bolsa Família. A avaliação é que o auxílio deu sustentação a Jair Bolsonaro nas classes mais pobres. Como Paulo Guedes (Economia) diz ser difícil manter a medida por mais tempo, alegando custo alto ao país, discute-se a apresentação do projeto para agosto ou setembro.

BLINDAGEM Como mostrou a Folha, a Economia preparava o lançamento do novo programa social para o pós-pandemia. Agora, o enxerga como uma espécie de vacina aos pedidos pela prorrogação do auxílio emergencial por R\$ 600.

MASSA Paulo Guedes e auxiliares ressaltam que o benefício tem um custo elevado. São R\$ 50 bilhões por mês contra R\$ 30 bilhões por ano gastos no Bolsa Família. Mas dizem desejar fazer uma transição suave de saída. O programa ajudou a levantar a popularidade nas classes mais pobres, principalmente no Nordeste.

COM QUEMANDA Os apelos de Rodrigo Maia (DEM-RJ) pela manutenção do valor cheio, na leitura de auxiliares de Guedes, se devem à aproximação do presidente da Câmara a setores de esquerda. A visão é a de que líderes do centrão não têm sido na mesma linha. O presidente Bolsonaro afirmou que não há dinheiro para prorrogar por R\$ 600.

CONFIRMADO Apesar do desembarque dos ex-presidentes Michel Temer e José Sarney do ato de sexta (26), Fernando Guimarães afirma que a live em defesa da democracia do Direitos Já está de pé. Temer chegou a mandar um vídeo para o movimento, mas desistiu por achar que há tom crítico a Bolsonaro.

PARA ONDE Participantes passaram a terça (24) travando uma disputa sobre o caráter do ato. Guimarães diz não acreditar que o ex-presidente não tenha entendido que haveria críticas ao governo.

ORAÇÃO "No momento em que estamos, com o presidente indiferente a mais de 50 mil mortos e indo vai a um ato que pede a A-I-S, tem como imaginar reunir pessoas da política e da sociedade para rezar uma missa?", disse o organizador. "Não vou subestimar a experiência política de Michel Temer. É óbvio que o trato é franco e a compreensão é clara", completou Guimarães.

TIROTEIO

“O general da Saúde mostrou que conhece de curva de uma epidemia tanto quanto de inverno no Nordeste

De Alexandre Padilha (PT-SP), deputado federal, sobre o aumento de contaminações de Covid-19 na última semana

com Mariana Carneiro, Guilherme Seto e Daniel Haidar

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO ★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Atendimento ao assinante
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Assine a Folha
assine.folha.com.br | 0800-015-8000

Jornal filiado ao IVC

Circulação paga às quintas de mai. 2020, impresso mais digitais (IVC) 339.542 exemplares
Páginas vistas no site da Folha em mai. 2020 (Google Analytics) 340.339.921
Visitantes únicos no site da Folha em mai. 2020 (Google Analytics) 54.958.699

Assinatura semestral à vista com entrega domiciliar diária
MG, PR, RJ, SP DF, SC ES, GO, MT, MS, RS AL, BA, PE, SE, TO Outros estados
R\$ 685 R\$ 858 R\$ 1.089 R\$ 1.177 R\$ 1.460

Venda avulsa
MG, PR, RJ, SP DF, SC ES, GO, MT, MS, RS AL, BA, PE, SE, TO Outros estados
R\$ 5 (reg. a sáb.) R\$ 5,50 R\$ 6 R\$ 9,25 R\$ 11,50
R\$ 7 (domingo) R\$ 8 R\$ 8,50 R\$ 11 R\$ 11,50

Aprovada no Senado, PEC que adia eleição esbarra em resistência da Câmara

Maia tenta reunir apoio de partidos de centro, mas bancadas estão rachadas em meio à pressão de prefeitos que buscam reeleição

Danielle Brant

BRASÍLIA Depois da tramitação acelerada no Senado, a PEC (proposta de emenda à Constituição) do adiamento das eleições municipais entrou em marcha lenta na Câmara, enquanto o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tenta reunir o apoio de partidos de centro ao texto.

Pautada na quinta-feira passada (18) pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a PEC foi aprovada na última terça-feira (23) pelos senadores em votação em dois turnos.

Conforme o texto aprovado, o primeiro turno seria adiado de 4 de outubro para 15 de novembro. O segundo turno, onde necessário, passaria de 25 de outubro para o dia 29 de novembro.

Desde que a votação da PEC no Senado foi anunciada, Maia, que é um defensor do adiamento, começou a alertar que, na Câmara, a situação estava bem longe do consenso visto na Casa vizinha.

Bancadas de partidos como MDB, PP, PL, DEM, Republicanos e PSB estão rachadas sobre o adiamento. Somadas, as legendas têm 216 deputados — de um total de 513 da Casa.

Para passar na Câmara, a proposta precisa ser aprovada pelo plenário em dois turnos e obter o apoio de pelo menos três quintos dos deputados (368 votos) em cada uma das votações.

A divisão é fruto da pressão de prefeitos e vereadores que buscam a reeleição. Presidente da FNP (Frente Nacional de Prefeitos), Jonas Donizette (PSB), prefeito reeleito de Campinas, reconhece haver um lobby para manter as datas atuais das eleições.

"Alguns prefeitos estão fazendo contato direto com deputados, mas isso não foi feito pela frente", diz. "Eu não conversei com o presidente do Senado nem com o da Câmara pedindo isso."

Manter as datas, admite o presidente da FNP, favorece os atuais ocupantes do cargo.

"O adversário tem menos tempo e, nesse momento em que a população está falando só de Covid-19, esvazia o debate de outros assuntos da cidade", afirma.

Donizette defende que a votação da PEC ocorra até o fim de junho, para que haja uma clareza sobre o cenário eleitoral e para que seja possível alterar prazos, como o de desincompatibilização de servidores públicos — segundo o atual calendário do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), isso só pode ser feito até 4 de julho.

Além disso, em ano eleitoral há restrição para repasse de verbas. "Precisa ficar assegurado que, pelo menos para Covid, os repasses ficarão garantidos", diz Donizette.

Conforme o TSE, a partir de 4 de julho ficaria proibida a transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, e dos estados aos municípios. "Mas este ano é excepcionalíssimo, e estamos dependendo muito de repasse de verba que foi aprovada", afirma.

Para tentar viabilizar o adiamento, Maia busca um acordo com líderes partidários. No entanto, na avaliação de congressistas, vai ser difícil conseguir esse consenso.

Alguns criticam a decisão do Senado de começar a tramitação pela Casa. Eles argu-



Rodrigo Maia em sessão nesta quarta Nájara Araujo/Câmara dos Deputados

Principais datas, segundo o Senado

15.ago	Prazo para o desligamento daqueles que quiserem disputar os cargos de prefeito ou vice-prefeito
31.ago a 16.set	Início das convenções partidárias para a escolha dos candidatos
26.set	Data limite para registro dos candidatos na Justiça Eleitoral
27.set a 12.nov	Período da propaganda eleitoral, sendo que a de rádio e TV deve começar 35 dias antes da antevéspera da eleição
15.nov	Primeiro turno de votações para vereadores e prefeitos
29.nov	Segundo turno para municípios com mais de 200 mil eleitores
15.dez	Entrega das prestações de contas dos candidatos e do próprio comitê à Justiça Eleitoral
27.dez	Último prazo para realização de eleições em municípios mais afetados pela pandemia

mentam que, como a resistência é maior na Câmara, que é mais municipalista e onde há mais interesse nesse período eleitoral, o debate deveria ter sido esgotado primeiro entre os deputados.

Inicialmente, a intenção do presidente da Câmara é levar a PEC para votação diretamente em plenário, como ocorreu com a única outra PEC votada virtualmente, a do Orçamento de Guerra.

Com isso, evitaria uma etapa obrigatória, mas que retardaria a discussão: a constituição de uma comissão especial para analisar o mérito da proposta. Pelo regimento, o colegiado teria até 40 sessões para avaliar a proposição.

De acordo com parlamentares, caso Maia decida constituir a comissão especial, vai sinalizar que está difícil construir um acordo com os líderes dos partidos de centro e que a PEC pode, inclusive, não ser votada.

A possibilidade é rechaçada por partidos da oposição. Líder do PSB na Câmara, o deputado Alessandro Molon (RJ) defende o adiamento para garantir que todos os eleitores consigam participar do pleito.

"É o mínimo de respeito ao princípio democrático que se faça a eleição num contexto como esse na data mais apro-

priada", afirma. "Para que isso ocorra sem que haja prorrogação de mandato, o que também é antidemocrático, isso tem que se dar em novembro ou dezembro."

Manter a data, avalia o deputado fluminense, excluiria eleitores de grupos de risco e também prejudicaria candidatos que não teriam paridade de condições com prefeitos e vereadores que estão no cargo e tentam a reeleição.

Na avaliação dele, se a PEC não passar na Câmara, além do desgaste que a notícia geraria para a imagem dos deputados, haveria o risco de judicialização da questão.

"Corre-se o risco de a Justiça decidir, provocada por qualquer partido, pelo adiamento das eleições", afirma.

"Se o Congresso cometer o erro de não aprovar, depois não poderá reclamar de ativismo judicial, porque o Congresso está tendo a oportunidade de decidir ele mesmo pelo adiamento."

Líder do PC do B na Câmara, a deputada Perpétua Almeida (AC) também avalia que a manutenção das datas atuais é um risco muito grande.

"Ou a Câmara toma essa decisão de fazer o adiamento, como votou o Senado, ou o TSE terá de decidir por nós, e isso é muito ruim, porque senão é o TSE que vai legislar."

Um dos principais argumentos usados por congressistas que defendem a manutenção das datas do calendário do TSE é a falta de consenso sobre quando haverá, de fato, uma queda na curva da pandemia.

Alguns especialistas falam em agosto e setembro, enquanto outros só veem uma melhora a partir de outubro. Além disso, a pandemia atinge os municípios de maneira diferente, como ressaltou o próprio Maia em entrevista na semana passada.

Sem uma clareza sobre quando seria seguro realizar os dois turnos, eles avaliam que adiar para novembro ou dezembro seria inócuo.

Por trás do impasse há ainda a tentativa de alguns congressistas do centrão — grupo formado por partidos como PP, PL e Republicanos — de tentarem unificar a eleição municipal com o pleito de 2022.

A proposta é rechaçada pelo presidente do TSE, o ministro Luís Roberto Barroso, que descarta qualquer medida que prorrogue mandatos de prefeitos e vereadores.

Em maio, o ministro afirmou que unir eleições municipais e nacionais traria um "inferno gerencial" ao TSE.

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Beco sem saída

Os sindicatos e as associações de escolas particulares criticaram a decisão do governo de São Paulo de liberar o retorno só em setembro, mas a avaliação entre donos de instituições de ensino é a de que não havia outra alternativa diante do cenário atual da pandemia. "Não tinha muito jeito de ser diferente mesmo. O que se sente, tanto em relação aos professores quanto às famílias dos alunos, é que há muito medo de voltar", diz Mauro Aguiar, diretor do colégio Bandeirantes.

AULA Ele diz que o Bandeirantes vinha preparando o retorno com o sírio Libanês, mas havia dificuldade em montar a grade horária. "Tinha de fazer um sistema híbrido, mesmo com a maior parte remota, mas há a dificuldade de preencher as aulas presenciais pelo medo dos educadores, que ficam expostos", afirma Aguiar.

PESO A notícia de que o fundador da CrossFit, Greg Glassman, vendeu a empresa nesta quarta (24) pode ter efeitos para os donos das academias brasileiras que ainda tinham contratos em andamento mas planejavam deixar a marca no momento da renovação.

ALONGAMENTO A venda ocorre após Glassman gerar uma crise de racismo na empresa ao questionar o motivo de lamentar a morte de George Floyd. "Foi uma sinalização boa ter trocado de mãos. Agora temos de olhar para onde vai virar o leme para termos se vamos continuar nesse barco", afirma Diego Galpoldo, dono da CrossFit Ximbó.

AQUECIMENTO Willy Ohshima, dono Gomixel em Sorocaba (SP), diz que se desfilou da CrossFit após os comentários racistas do presidente. Segundo ele, a venda da marca não é o suficiente para atrair de volta. "Eles estão tentando reverter o caos, mas precisamos fazer mais mudanças estruturais pra resgatar o senso de comunidade", afirma.

QUEDA LIVRE Após apresentar o maior recuo mensal em maio, o índice de confiança do empresário do comércio da CNC (confederação do setor) continua caindo. Em junho, chegou a 66,7 pontos, o menor patamar da série histórica iniciada em 2011, com intervalo entre o 200. A queda de 28,6% ante maio foi maior do que a marca do mês passado.

ABISMO Os tombos levaram ao nível recorde de pessimismo entre os empresários. Mais de 90% deles percebem as condições atuais da economia como piores e quase 75% pretendem reduzir o quadro de funcionários, segundo a CNC. O índice que mede a expectativa do setor também chegou pela primeira vez à zona de avaliação negativa.

com Mariana Graziani

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência junho*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de junho vence em 20 jul para empresas, para pessoas físicas, vence em 15 jul. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

CHECK-IN Enquanto as atividades de turismo hibernam durante a crise do coronavírus, a despeito do movimento inicial de reabertura no setor, a gigante da hotelaria Accor resolveu ampliar a oferta de seus serviços de "long stay", como é chamada a estadia estendida para moradia de solução rápida nos hotéis.

CHECK-OUT A rede já oferecia o long stay, como no Adagio Aparthotel, mas diante da queda na demanda por diárias enfrentada por toda a hotelaria, ela passa a concentrar mais esforços na expansão deste outro serviço no momento de redução das viagens.

RESERVA O projeto começa com um desconto de 50% no primeiro mês para os pacotes de estadia superior a três meses. Vai funcionar em 24 unidades da Accor na Grande São Paulo e outros 24 endereços das bandeiras Novotel, Mercure, ibis, ibis Styles e Adagio Aparthotel, em estados como Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio.

BAGAGEM Por causa da pandemia, não haverá acesso a áreas comuns, mas permanecem o serviço de limpeza e lavanderia. Essa não é a primeira resposta que a Accor criou para lidar com a crise. A rede já lançou o "room office", ou seja, retirou as camas de uma parte de seus quartos para transformá-los em escritórios alugados por diária.

MOTOR Após o aumento da demanda na pandemia pelos seguros da modalidade per pay use, conhecidos como "liga e desliga", cresce também o interesse em oferecer o serviço. E que o modelo de coberturas pontuais, que foi liberado no Brasil em 2019, funciona bem para quem busca economia, mas começa a chamar atenção da alta renda.

ALARME A 3SEG, corretora do segmento premium, lançou apólice "liga e desliga" para carros de luxo, esportivos ou de coleção. A alternativa vem no momento em que desvalorização do real impacta o valor de mercado desses veículos. "A crise afeta todos os estratos sociais. Todos querem pagar menos", afirma Paulo Kalassa, sócio da corretora.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deducir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5%	97,04
Empregador	20%	250,50

*O prazo para o patrão da doméstica vence em 7 jul. A guia de pagamento dos patríos inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

Pretos, pardos, pobres e sem estudo são mais afetados pelo coronavírus

Além de sentirem mais os sintomas da Covid-19, grupos são os que sofrem os maiores impactos econômicos, afirma IBGE

Diego Garcia e Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A primeira divulgação mensal da Pnad Covid-19, edição extraordinária da pesquisa do IBGE criada para medir os efeitos do novo coronavírus sobre a população e o mercado de trabalho, mostrou que os brasileiros mais afetados pela doença são os pretos, pardos, pobres e sem estudo.

Os resultados mostram que, além de relataram incidência maior dos sintomas da Covid-19, brasileiros desses grupos também sentiram de maneira mais forte os impactos econômicos provocados pela pandemia, que levou ao fechamento de estabelecimentos e suspensão de operações industriais.

Entre os 4,2 milhões de brasileiros que apresentaram sintomas da doença em maio, 70% deles eram de cor preta ou parda, informou nesta quarta-feira (24) o IBGE. Essa população é maioria no país, com 54,8% de representatividade, mas o volume de pessoas com sintomas de síndrome gripal mostra que a doença os afetou em maior proporção.

Além disso, a doença atingiu em maior quantidade os brasileiros com menor grau de instrução. Só 12,5% das pessoas que relataram sentir os sintomas têm ensino superior completo ou pós-graduação. Já quase 50% não têm instrução, têm o ensino fundamental incompleto ou o médio incompleto.

Foram considerados na pesquisa como sintomas conjugados a perda de olfato ou de paladar, ou tosse e febre e dificuldade para respirar, ou tosse e febre e dor no peito, todos eles possíveis indicativos de síndrome gripal, que pode ser ou não associada à Covid-19.

No mercado de trabalho, fica ainda mais perceptível a leitura de que a cor e o nível de escolaridade exerceram influência sobre os efeitos da pandemia. Em maio, segundo o IBGE, 19 milhões de brasileiros foram afastados do trabalho. Entre eles, 9,7 milhões ficaram sem remuneração.

Entre os trabalhadores brancos, 16,1% foram afastados. Entre os pretos e pardos, o índice de afastamento foi de 20,8%. "Parte dessa população [preta e parda] está concentrada em ocupações na construção e no comércio, que foram mais afetadas", disse Cimar Azeredo, coordenador do IBGE.

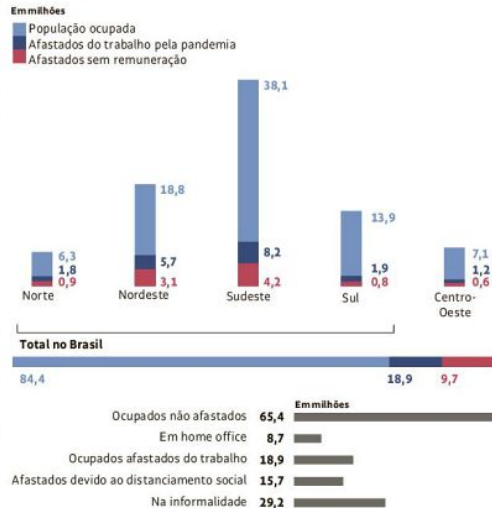
O IBGE detectou também que o afastamento se deu em maior intensidade entre os informais e em setores de serviços, incluindo os serviços domésticos sem carteira assinada, categoria em que 33,6% dos trabalhadores deixaram de ir ao trabalho em maio.

São ocupações que exigem menor escolaridade, o que se refletiu também na taxa de afastamentos por nível de instrução. Entre os brasileiros com curso superior completo, 15% disseram ter sido afastados do trabalho em maio. Nos outros níveis, a taxa se situa entre 19% e 20%.

Apenas 9% dos pretos e pardos tiveram a oportunidade de trabalhar em home office, e 17,6% dos brancos de cor branca puderam aderir a essa iniciativa.

A Covid-19 fez ainda com que 28,9% da população preta ou parda deixasse de procurar trabalho. Os brancos sofraram 18,7% nesse quesito. Historicamente, o desem-

Mais da metade dos trabalhadores afastados durante a pandemia ficou sem remuneração em maio



Ocupados afastados devido ao distanciamento social

Em %



Fonte: Pnad

12,5% das pessoas que relataram sentir os sintomas têm ensino superior completo ou pós-graduação.

50% não têm instrução, têm o ensino fundamental incompleto ou o médio incompleto

prego é maior entre pretos e pardos do que entre brancos no país. Em maio, sob o efeito da pandemia, não foi diferente: segundo o IBGE, a taxa de desemprego de pretos e pardos foi de 12%, ante 9% verificados entre os brancos.

Não é possível, porém, comparar os dados dessa pesquisa com os da Pnad Continua, que apura a taxa de desemprego oficial no país, já que esta última tem metodologia diferente, com coleta de dados durante três meses e em um número maior de domicílios.

A Pnad Covid foi criada especialmente para tentar identificar os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho e a saúde dos brasileiros, com o objetivo de servir de base para a elaboração de políticas públicas para minimizar os impactos da crise.

A pesquisa mostra que a região com maior incidência de sintomas conjugados, por exemplo, é o Norte, com 7,8% da população apresentando esse quadro. No Amazonas, um dos estados mais afetados pela pandemia, com mais de 2.600 mortes, o índice chegou a 8,8%. Em São Paulo, estado com mais óbitos, acima dos 13 mil, a taxa ficou em só 1,9%.

Mostra também que as desigualdades regionais também são vistas quando se trata de efeitos econômicos da pandemia: Norte e Nordeste lideram em incidência de trabalho-

res afastados, com taxas de 23,3% e 26,6% respectivamente, e de trabalhadores que ficaram sem remuneração (53,2% e 55,3% dos afastados).

A maior taxa de afastamento se deu entre informais: domésticos sem carteira assinada (33,6%), empregados do setor público sem carteira (29,8%) e empregados do setor privado sem carteira (22,9%).

"Claramente os trabalhadores domésticos sem carteira foram os mais afetados pela pandemia. Parcela expressiva deles tem renda média abaixo de um salário mínimo. Já os com carteira foram menos afetados porque têm mais estabilidade", disse Azeredo.

Entre os setores, o maior percentual de pessoas afastadas foi verificado em Outros serviços (37,8%), Serviço doméstico (28,9%) e Alojamento e alimentação (28,5%), este último um dos segmentos mais afetados pelo fechamento do comércio de rua.

Já as atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura registraram o menor percentual de pessoas afastadas após o início da pandemia: 6,8%.

O rendimento efetivo dos trabalhadores brasileiros em maio foi de R\$ 1.899, 18,2% menor do que o rendimento habitual. As maiores quedas foram verificadas nas regiões Nordeste (19,7%) e Sudeste (19,3%).

mercado coronavírus

STF proíbe corte salarial de servidor e veta redução de repasse a Poderes

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que o Executivo não pode reduzir o repasse de verbas aos Poderes Legislativo e Judiciário em tempos de crise financeira.

A decisão vale para estados, municípios e para a União e foi tomada nesta quarta-feira (24), quando a corte concluiu a análise de ações que questionavam a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). No julgamento, os ministros também invalidaram um trecho da legislação que permitia o corte de salário de servidores públicos com redução proporcional de carga horária.

A LRF foi sancionada em 2000 e, desde 2002, a permissão para a diminuição de investimentos quando se ultrapassam os 60% de gastos correntes com pessoal estava suspensa por decisão liminar (provisória) do Supremo.

Ambas as medidas invalidadas eram um pleito de prefeitos e, principalmente, de governadores com cofres estaduais endividados e sem capacidade de investimento.

Oveto à diminuição do repasse do duodécimo a outros Poderes foi decidido por um placar apertado de 6 a 5, enquanto a questão salarial do funcionalismo ficou em 7 a 4. O julgamento foi concluído com o voto do ministro Celso de Mello. Todos os demais magistrados já haviam se posicionado em julgamento no ano passado.

Os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux, Marco Aurélio e Celso de Mello se opuseram à redução salarial; Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso divergiram.

A ministra Cármen Lúcia foi contra mexer na remuneração dos servidores, mas disse que seria constitucional reduzir a carga horária.

Sobre a previsão da LRF de reduzir repasses em caso de frustração de receitas,

os ministros Dias Toffoli, Edson Fachin, Marco Aurélio e Roberto Barroso foram favoráveis, e os outros sete formaram maioria contra o artigo da lei.

O relator, ministro Alexandre de Moraes, defendeu a inconstitucionalidade desse ponto.

“Esse dispositivo estabeleceu um novo mecanismo, que, ao meu ver, não guardou pertinência com o modelo de freios e contrapesos estabelecidos constitucionalmente, que existe para assegurar o exercício responsável, mas independente.”

Em relação ao corte salarial, porém, Moraes sustentou que se tratava de alternativa legal para solucionar a falta temporária de recursos e evitar medidas mais graves previstas na Constituição, como a demissão de servidores estáveis, pelo descumprimento do teto de despesas.

“Por que exigir que ele perca o cargo se, em um ano e meio, dois anos, a situação pode se alterar? É melhor para o servidor e para a administração mantê-lo. O servidor tem o direito de dizer: ‘Eu prefiro manter minha carreira a ficar desempregado e ganhar uma indenização’”, argumentou.

Barroso concordou com Moraes, dizendo que a Constituição prevê expressamente a perda do cargo como medida extrema. “É socialmente melhor permitir a redução da jornada do que obrigar o administrador a determinar a perda do cargo”, disse.

A corrente vencedora, no entanto, entendeu que o artigo 37 da Constituição prevê a irreducibilidade de dos salários, o que impossibilita de a aplicação da LRF.

“Entre essas ressalvas [ao uso do dispositivo] não está a hipótese criada pela Lei de Responsabilidade”, afirmou Rosa Weber.

Vinícius Torres Freire Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada.

Licitação sob novo marco regulatório deslança só em 2023

Investimento em saneamento pode chegar a R\$ 750 bi e é aposta do governo para saída da crise do coronavírus

Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO O novo marco regulatório do saneamento, que incentivará a ampliação da participação de empresas privadas no setor, ainda depende de regulamentações que serão alvo de disputa entre o setor privado e as estatais.

Entre a regulamentação e a modelagem dos novos projetos, especialistas acreditam que as primeiras licitações devam começar a sair do papel apenas em 2023. Os investimentos em saneamento são grande aposta do governo federal para a recuperação econômica pós-pandemia do novo coronavírus.

O novo marco do saneamento prevê que a universalização dos serviços de água e esgoto seja atingida até 2033, o que demandaria investimentos de R\$ 750 bilhões, segundo estimativa da consultoria KPMG encomendada pela Abcon (associação das operadoras privadas de saneamento).

A proposta leva em conta a realização de aportes para a expansão da infraestrutura de saneamento e recursos para reconstruir a depreciação dos ativos existentes.

A concretização desses investimentos, no entanto, depende da regulamentação de pontos da lei que ainda opõem as companhias estaduais (responsáveis por 72% do setor) e as operadoras privadas (que hoje têm 6% do mercado).

A nova lei permite maior competição no setor porque acaba com a figura do chamado contrato de programa, que permitia às companhias estaduais fornecerem os serviços de água e esgoto aos municípios sem concorrência direta. Pelo texto aprovado, as es-

O novo marco regulatório do saneamento

Modelo abre mais caminho para empresas privadas

Objetivo O projeto busca a universalização do saneamento básico até 2033. A previsão de investimento é de até R\$ 700 bilhões

O PROJETO

Contratos Os municípios não poderão transferir a execução dos serviços de saneamento para empresas públicas estaduais. Será preciso abrir licitação para que haja concorrência de empresas públicas e privadas

Prorrogação

Os acordos em vigor com a iniciativa privada têm até março de 2020 para serem prorrogados por mais 30 anos. Para isso, as empresas precisam comprovar viabilidade econômico-financeira

Meta

As empresas devem se comprometer com metas a serem cumpridas até o fim de 2033. Entre elas: cobertura de 99% para o fornecimento de água potável e de 90% para coleta e tratamento de esgoto. Não poderá ocorrer a interrupção dos serviços

Subsídio

Famílias de baixa renda poderão receber subsídios para cobrir os custos do fornecimento dos serviços de saneamento. Poderão ter gratuidade na conexão à rede de esgoto

Bloco

Para que municípios menores se tornem atraentes para as empresas, estados e municípios podem contratar serviço de forma coletiva, formando blocos. A adesão é voluntária, e os participantes podem deixá-lo quando quiserem

Regulação

O saneamento básico do Brasil será regulado pela ANA (Agência Nacional de Águas). O órgão poderá oferecer ajuda técnica e financeira para municípios e blocos de municípios

Comitê

Será criado o Comitê Interministerial de Saneamento, com o objetivo de assegurar a implementação da política federal de saneamento básico e de coordenar a alocação de recursos financeiros

Lixão

Estabelece prazo para que as cidades encerrem lixões a céu aberto. Para capitais e regiões metropolitanas, o prazo vai até 2024. Com cidades com mais de 100 mil habitantes, até 2022. Entre 100 e 50 mil habitantes, até 2023. E, inferior a 50 mil, até 2024

Cobrança de tarifa

Municípios e o DF passarão a cobrar tarifas sobre serviços urbanos. Entre eles estão poda de árvores e varrição de ruas

Não fazer nada em saneamento deixa de ser opção, estamos em busca do tempo perdido

OPINIÃO

Bopp Dieterich e Bruna Bouissou

Sócio da área de Infraestrutura e Direito Público do Azevedo Netto Advogados

As oportunidades no setor de saneamento no Brasil são enormes. Para um país que é a nona economia mundial, ter 100 milhões de pessoas sem acesso a serviços de esgotamento sanitário e 35 milhões sem acesso a água limpa simplesmente não é admissível. Entretanto, essa tem sido a situação há décadas.

O esforço para atender a essa demanda reprimida é enorme, e o poder público não possui condições de realizá-lo sozinho. Prova disso é a existência em si desse gap. Até já se tornou fala repetitiva o que o investimento privado, nacional e estrangeiro, é essencial, e que a retomada econômica passará pela infraestrutura, sendo o saneamento a estrela.

Em síntese, há uma carência generalizada; baixa capacidade do setor público de enfrentar o desafio (seja em termos de estruturação, gestão e/ou investimento); muito lobby corporativo contra mudanças no setor; barreiras de entrada para investimentos e operadores privados; um mercado secundário incipiente (ante a falta de desestatizações

ou novos players privados), especialmente em termos de fusões e aquisições.

Porém, ainda assim, vê-se nítido desejo da iniciativa privada de ampliar sua atuação no setor.

Mas o que mudou para termos uma visão tão positiva do setor? Muita coisa!

Primeiro lugar, o debate está maduro, ainda que tenha durado anos a fio. Chegou-se a um entendimento generalizado, inclusive na classe política, de que “não fazer” deixa de ser uma opção. Estamos em busca do tempo perdido.

Em segundo lugar, crise após crise ficou mais palpável a necessidade de investir pesadamente em saneamento. Tivemos uma crise hídrica sem precedentes; tivemos (temos) uma crise econômica e fiscal que reduziu a quase zero o espaço orçamentário para investimento; e há uma crise sanitária que exige, no mínimo, água para lavar as mãos (um luxo que 12 milhões de pessoas em regiões metropolitanas não têm).

Em terceiro lugar, o poder de mobilização que as mídias sociais deram aos “sem-voz” contribuiu para incutir um senso de urgência.

Em quarto lugar, houve uma mudança substancial na realização dos estudos para projetos de saneamento. A mudança de institucionalidade

do processo foi um divisor de águas. Saímos de um modelo no qual a grande maioria de iniciativas era via procedimentos de manifestação de interesse (PMIs) ou manifestações da iniciativa privada (MIPs), executadas de forma fragmentada.

Opapel que os bancos públicos, especialmente o BNDES, passaram a ter como estruturadores tem sido determinante para a evolução do setor. Agora há, e seguirá havendo, um fluxo de oportunidades.

1) adoção de metas para universalização dos serviços até 2033;

2) nacionalização da regulação mediante a atribuição de competência à ANA (Agência Nacional de Águas) para instituir normas de referência para o saneamento básico em âmbito nacional;

3) incentivo à prestação regionalizada dos serviços;

4) obrigatoriedade de formalização de contrato de concessão quando a prestação dos serviços se der por entidade que não integre a administração de seu titular. Esse contrato de concessão deverá ser precedido de licitação e conter as cláusulas mínimas exigidas pela Lei de Concessões (Lei Federal 8.987/1995), inclusive quanto a metas de expansão, qualidade e eficiência dos serviços e cláusulas financeiras. Para concluir, estamos animados com as perspectivas e preparados para elas.

tats terão até março de 2022 para negociar com os municípios em que atuam a transformação desses contratos em concessões de até 30 anos.

Em contrapartida, precisam estabelecer metas de universalização dos serviços e demonstrar capacidade para realizar os investimentos.

As balizas financeiras para avaliar a capacidade do cumprimento das metas são um dos pontos que ainda precisam de definição por decreto, que deverá ocorrer em até 90 dias depois da sanção da lei.

“Muitos contratos de programa não têm metas e os balanços das companhias estaduais não detalham o que é investido em cada município”, diz Carlos Henrique Lima, presidente do conselho de administração da Águas do Brasil, que opera em 14 municípios. Ele prevê que a participação de mercado do setor privado chegará a 40%.

A Lei também atribui poderes à ANA (Agência Nacional de Águas), que deverá elaborar diretrizes gerais para o setor, com a previsão de que as licitações sejam realizadas em blocos de cidades a serem agrupadas de modo a garantir a viabilidade econômica dos contratos.

Embora os municípios continuem como entes competentes pela regulação do saneamento, a nova lei estipula que quem não seguir as diretrizes da ANA não receberá recursos públicos nem poderá fazer modelagem de concessões com ajuda de bancos públicos, como o BNDES.

“A ANA vai precisar de pelo menos seis meses para se estruturar para cumprir esse papel”, diz Lima.

Uma regra mais clara poderia evitar conflitos sobre indenizações devidas por um município a uma companhia estadual por investimentos eventualmente não pagos.

Também faltam critérios para pedido de reequilíbrio financeiro do contrato em caso de problemas não previstos.

Para Radamés Casseb, presidente da Aegae, que atua em 57 municípios, a espera será maior. “O nascimento de projetos pelo novo marco ainda deve levar de três a cinco anos para serem modelados”, afirma.

Isso resolve o lado da oferta. Afinal, haverá projetos de tamanho significativo, com qualidade e em quantidade.

Por fim, e não menos importante, vem o novo marco do saneamento, votado nesta quarta (24) no Senado, oriundo do projeto de lei n. 4.624/19, e resultante de ampla discussão legislativa e duas medidas provisórias com vigências encerradas.

A novo ver, o projeto de lei contém quatro pilares de mudanças essenciais que visam endereçar problemas estruturais do setor, especialmente quanto às suas condições regulatórias:

Fundação Zerbini
CNPJ nº 06.644.053/0001-13
Aviso de Licitação
A Fundação Zerbini torna público os processos licitatórios, para a Unidade do Instituto do Coração – InCor-HCFMUSP e a saber: Proc. 2020/20 – P.P. 05/20/2030 para a aquisição de Aspirador Cirúrgico que será realizado em 09/09/2020 às 09:00 hrs. Proc. 21/20/2018 – P.P. 11/20/2018 para aquisição de Sinalizador Biotônico de entrada que será realizado em 07/10/2020 às 09:30 hrs. Os interessados poderão ser obtidos na íntegra no site: www.zerbini.org.br

BIOVIDA SAÚDE LTDA. CNPJ nº 04.299.138/0001-04
NOTIFICAÇÃO POR EDITAL
Para Fim de cumprimento do Art. 13 parágrafo Único, inciso II da Lei 8689/96, e da Súmula Normativa 282/015 da ANS, Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Biovida Saúde realizou o Edital de Licitação nº 001/2020 para aquisição de medicamentos antídoto para o sistema de Arvo de Reconhecimento (AR) dos Concores. Conforme Matriz e CPF Abaixo.

vivo
Comunicado
REAJUSTE M2M 2020
A Telefônica Brasil S.A., doravante denominada VIVO, operadora do Serviço Móvel Pessoal (SMP) nas Regiões, LI e III do Plano Geral de Autorizações do SMP (PAG-SMP), que abrange todo o território nacional, em atenção ao Regulamento de respectivo serviço, comunica a seus usuários e ao público em geral, que a partir de 01/08/2020 os valores de mensalidade dos Pacotes M2M SMARTCENTER, descritos a seguir, serão reajustados de acordo com o índice IGP-DI acumulado de maio/2020 de 6,81%, conforme condições estabelecidas em contrato.

saúde coronavírus

Covas diz esperar que restaurantes e bares possam abrir dia 29

Setor propõe mesas a 1,5 m de distância, mas também em áreas internas, vetadas na próxima fase de reabertura

Artur Rodrigues

SÃO PAULO O prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), afirmou que espera que a capital paulista avance de fase no plano de reabertura do governo do estado na sexta-feira (26), permitindo abertura de bares e restaurantes a partir da próxima segunda (29).

A declaração foi dada em uma live do Itá BBA, nesta quarta-feira (24). O cálculo dos indicadores que definem a fase da capital no plano de reabertura ainda não havia sido concluído, mas os índices da semana passada apontavam para o cumprimento da maioria das metas exigidas pelo governo João Doria (PSDB).

"Sexta-feira o governo do estado deve apresentar nova reclassificação das regiões e da cidade de São Paulo. A nossa expectativa é que cidade de São Paulo entre na fase 3, o que permite a reabertura seis horas por dia dos restaurantes aqui na cidade", disse Covas.

"Claro que eles nunca deixaram de funcionar, a maioria deles passou para entrega de delivery. Isso significa que devem ter tido uma receita de 25%, 30% do que tinham. A gente sabe da dificuldade que foi para esse setor passar por todo esse período. A expectativa é que a partir de segunda-feira eles possam retomar a atividade, claro que assinando o protocolo com a prefeitura de São Paulo e já estamos trabalhando para isso", acrescentou o prefeito.

Todas as sextas, o governo anuncia o balanço, que inclui a reclassificação das cidades. Atualmente, São Paulo está na segunda fase (cor laranja), que permite a abertura de comércios e escritórios, com limitação a 20% da capacidade.

Dos cinco índices, ao menos quatro foram atingidos pela cidade: UTI (69,6% nesta semana), variação de internações (0,98) e taxa letais para coronavírus por 100 mil habi-

SP registra 2º maior número de novos casos

Marca perde apenas para contagem atípica

Número de novos casos por dia



*Em 19 jun, um problema no sistema do governo 'repsou' dois dias de novos casos, o que causou o pico anormal. Fonte: Governo do estado de São Paulo

tantes (32,2). Na semana passada, quando foi feito o último balanço, a taxa de variação de óbitos (acima de 1, em 1,09) continuava a abarcar a capital e as vagas de UTI ainda não haviam ficado abaixo de 70%, conforme o exigido.

A gestão Covas tem trabalhado nas últimas duas semanas com protocolos entregues por setores que podem ser abertos.

O setor de bares, restaurantes e hotéis, por exemplo, entregou proposta que prevê mesas com 1,5 m de distância e cadeiras a 1 m de distância, o que reduziria a capacidade dos locais em ao menos 50%.

A categoria enviou ao governo estadual nesta semana um ofício pedindo para que não haja exigência que o atendimento seja feito apenas em áreas externas, mas prevê o plano de reabertura para a fase amarela. Na avaliação do setor, isso excluiria a maioria dos estabelecimentos.

O presidente da Abrasel (As-

sociação Brasileira de Bares e Restaurantes) de São Paulo, Percival Maricato, afirma que é preciso que haja a liberação de ao menos 40% da capacidade desses estabelecimentos para que o funcionamento seja viável financeiramente.

"Nós achamos internamente que é o setor mais bem preparado para trabalhar. Até porque a segurança alimentar é do cotidiano do restaurante", disse. "Do ponto de vista econômico talvez seja o setor que mais precisa. E onde é que vão comer essas pessoas que não vão trabalhar [em setores já reabertos]?"

Na última terça-feira (23), o estado registrou recorde de óbitos em 24 horas, 434. Com mais 284 desta quarta, atingiu 13.352 mortes no total.

Na segunda (22), o governo anunciou que o interior de São Paulo passou a capital no número de novos casos de infecção pela primeira vez. Segundo o secretário de Desenvolvimento Regional, Marcos Vinholi, foram registrados 14,5% mais casos no interior que na capital na última semana.

O Esporte Clube Pinheiros, por exemplo, deve distribuir cartilhas aos seus associados e já fez algumas adaptações.

De acordo com o site do Sindi Clube (que representa as entidades), já foi enviada proposta que prevê, entre outros pontos, flexibilização do horário de trabalho, redução de jornada dos funcionários ou home office, além de espaçamento entre os treinos para evitar aglomerações.

Consultado, o sindicato afirmou que haverá uma reunião com o governador no sábado (27) para encaminhamento do protocolo. A prefeitura afirmou que "recebeu as propostas de protocolo de reabertura dos clubes de entidades que estiveram com o prefeito Bruno Covas e secretários municipais".

A administração diz ainda que elas estão sendo analisadas de acordo com o estabelecido no decreto municipal. No dia 8 de junho, o prefeito atendeu o presidente do Sindi Clube (Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo), Paulo Movizzo, e presidentes de clubes tradicionais como o Hebraica e Paineiras. Sobre a reabertura de bares, a gestão Covas afirma que "haverá divulgação e publicação em Diário Oficial das liberações, quando chegar o momento".

SP tem 2ª maior marca de novos casos, atrás apenas de dia atípico

João Gabriel

SÃO PAULO O estado de São Paulo registrou, nesta quarta (24), o segundo maior número de novos casos de coronavírus em 24 horas desde o início da pandemia: 9.347. Ao todo, são 238.822 casos.

O recorde é de 19 mil registros, em 19 de junho. Na ocasião, porém, um problema no sistema do governo causou o superaquecimento de dados e acumulou dois dias de contagem, o que causou o pico anormal.

Na última terça-feira (23), o estado registrou recorde de óbitos em 24 horas, 434. Com mais 284 desta quarta, atingiu 13.352 mortes no total.

Na segunda (22), o governo anunciou que o interior de São Paulo passou a capital no número de novos casos de infecção pela primeira vez. Segundo o secretário de Desenvolvimento Regional, Marcos Vinholi, foram registrados 14,5% mais casos no interior que na capital na última semana.

28 moradores de rua já morreram por Covid-19 na cidade de São Paulo

SÃO PAULO Ao menos 28 moradores de rua morreram por Covid-19 na capital paulista desde o início da pandemia, segundo dados da Prefeitura de São Paulo.

Além disso, mais de 500 pessoas em situação de rua passaram por abrigos para casos suspeitos ou confirmados da doença.

Entre as vítimas da doença estava Suelen Ferreira Rodrigues, que vivia na região da Mooca (zona leste de SP). "Ela tinha outros problemas de saúde, não estava bem. A gente encaminhava para a UBS, depois ela foi para o hospital", conta o padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua, que acompanhava a situação da mulher. Lancellotti diz que o ex-companheiro de Suelen estava sendo acompanhado, inclusive psicologicamente, após a morte dela.

De acordo com censo da prefeitura, há 24.344 moradores de rua na cidade de São Paulo, dos quais 7.002 estão no grupo de risco e têm mais de 50 anos, e 2.210 têm mais de 60 anos. Do total, 12.651 vivem em situação de rua — os demais, em abrigos.

A Prefeitura da capital paulista diz que, durante a pandemia, criou 1.072 vagas de acolhimento para pessoas em situação de rua, com dois locais voltados especificamente para casos suspeitos e confirmados da doença. Um desses locais fica na Lapa (zona oeste), e é destinado para pessoas com suspeita de ter contraído o vírus. No total, 411 pessoas já passaram por lá — atualmente, o espaço abriga 51.

O outro fica na Vila Clementino (zona sul), voltado a pessoas com confirmação do diagnóstico de Covid-19. Por ali, já passaram 15 pessoas — atualmente, há 11.

Assim como os dados da população geral, há grande subnotificação e dificuldade em se saber qual é a real dimensão da epidemia entre aqueles que vivem nas ruas.

O principal atendimento ocorre por meio dos consultórios de rua, serviço municipal que possui médicos, enfermeiros e outros profissionais. Atualmente, são 25 equipes que atuam também na busca de sintomas de Covid-19, entre outros.

Com a chegada do inverno, onde há maior disseminação de doenças respiratórias, aumenta a apreensão entre os moradores de rua. O coronavírus se soma a uma conjuntura na qual todos os anos há pessoas que morrem de frio pela cidade. No contexto da pandemia, há ainda muitos relatos de agravamento dos problemas por quadros de depressão.

Geralmente mais lotados no inverno, os albergues são ambientes onde há potencial de fácil disseminação da Covid-19, devido à grande concentração de pessoas.

A Prefeitura sustenta, porém, que os centros de acolhida têm estrutura higienizadas constantemente, são mantidos com as janelas abertas para melhorar a ventilação e que "as camas foram colocadas em distância segura" nos albergues.

De acordo com o padre Júlio Lancellotti, porém, a solução ideal seria haver hotéis para os moradores de rua. "A questão é aglomerar. Você coloca 100, 200 pessoas no mesmo lugar. Tem muita gente dormindo junta", diz.

Voltados a pessoas em grupo de risco, os hotéis para essa população foram uma promessa da gestão Bruno Covas (PSDB) que, até o momento, não foi concretizada.

A Prefeitura afirma que foram recebidas três propostas para o edital de credenciamento para estabelecimentos hoteleiros. Em análise, as três foram inabilitadas por não atenderem aos critérios exigidos. "A pasta estuda alternativas para viabilizar o projeto", diz a gestão. AR

“
A questão é aglomerar. Você coloca 100, 200 pessoas no mesmo lugar. Tem muita gente dormindo junta”
Padre Júlio Lancellotti sobre a situação dos albergues para moradores de rua



CALIFÓRNIA TEM MALHAÇÃO COM ISOLAMENTO

Pessoas se exercitam separadas por cortinas de plástico em uma academia na praia de Redondo, na Califórnia, nos Estados Unidos, estado onde academias reabriram no último dia 16

Frederic J. Brown - 16.jun.20/AFP

Igrejas católicas e ortodoxas em SP retomam missas presenciais

SÃO PAULO As igrejas católicas e ortodoxas na cidade de São Paulo poderão retomar a realização de atividades presenciais a partir da próxima segunda-feira (29) seguindo um protocolo de reabertura gradual, aprovado pela prefeitura do município.

As normas foram apresentadas nesta quarta (24) pela Arquidiocese de São Paulo. De acordo com o protocolo sanitário, as igrejas devem evitar aglomerações e os fiéis devem respeitar o espaço mínimo de 1,5 metro entre as pessoas. A igreja também fica responsável por oferecer álcool em gel na entrada e saída dos ambientes e seguir o horário de atendimento ao público previsto pelo Plano São Paulo de reabertura das atividades no estado.

Além disso, os locais também terão que aferir periodicamente a temperatura corporal dos colaboradores e frequentadores e impedir a permanência no ambiente de pessoas que estiverem com temperatura corporal igual ou superior a 37,5°C.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) recomenda que fiéis que estejam ou se sintam doentes não frequentem as missas. Para os frequentadores que são do grupo de risco (idosos ou pessoas com comorbidades), a CNBB sugere que assistam às missas durante a semana, quando há um número menor de pessoas em comparação às cerimônias dominicais. As igrejas também devem realizar um controle da quantidade de frequentadores durante as missas para que seja possível respeitar o distanciamento social. No documento em que publicou as regras para retomada das missas, a CNBB pede para que as igrejas fixem, em lugares visíveis, cartazes com orientações sobre as práticas de higiene e de distanciamento e para que as comunidades organizem equipes para auxiliar os fiéis no cumprimento das normas. Dom Odilo Pedro Scherer, arcebispo de São Paulo, reforça, em carta direcionada às igrejas, que elas não deixem de transmitir as celebrações em ambiente virtual, prática adotada durante a pandemia, para os que não possam comparecer às cerimônias presenciais consigam acompanhá-las de casa.

A pandemia e seus tempos

No confinamento o dia dura cinco minutos, mas meses podem parecer anos

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "O Drible" e "Viva a Língua Brasileira"

"Meus dias duram cinco minutos", me escreveu outro dia uma amiga por email. Não esqueci mais essa hipérbole, que ela usou de passagem e que talvez soasse banal em outro contexto. Achei-a perfeita para expressar um efeito do confinamento que não foi devidamente antecipado. Três meses atrás, quando muitos de nós estávamos no começo do túnel de isolamento social, uma grande preocupação era o que fazer com o tempo que, óbvio, passariam a ter de sobra.

Sem o tempo perdido no trânsito e nas compras; empregado em visitar amigos, receber a visita deles, encontrá-los na rua; investido em cinema, restaurante, dentista, academia de ginástica — quanto tempo ia sobrar! Houve quem ficasse contente. Um freio de arrumação! Hora de ler os clássicos adiados há décadas. Maratonar séries maneiras. Aprender mandarim, filosofia, cozinha tailandesa, crochê. É claro — mas não custa reforçar — que falo da parcela

privilegiada que pôde se dar ao luxo de ficar em casa num país que, politicamente doente, nunca adotou o confinamento de forma efetiva e coordenada. Logo o isolamento se revelou um consumidor voraz do recurso tempo, palavra que trouxemos no século 13 do latim "tempus" para designar a "duração relativa das coisas, que cria no ser humano a ideia de presente, passado e futuro" (Houaiss). Foi o que se viu: a lavanderia insana das compras; as horas passadas junto a fogão, pia e vassoura; os cuidados com os

filhos sem escola; o jeito que deu o tempo do trabalho (para quem, privilegiado em dobro, conseguiu mantê-lo) de se infiltrar no tempo do "repouso". Por tudo isso, é natural que os dias pareçam durar cinco minutos, e que três meses escoem num estalar de dedos, deixando uma sensação de três semanas. Ao mesmo tempo, seria ingenuidade não reconhecer que a distorção em nosso sentido de tempo promovida pelo cruzamento de Cronos com Covid tem complexidades.

Cinco minutos também podem durar um dia inteiro, e meses parecerem anos. Pensando bem, terá mesmo havido um tempo pré-pandemia? Haverá um pós? A cabeça diz que sim, mas não é sempre que o coração acredita. O tempo pandêmico sabe ser uma esfinge. Por um lado, a concentração de nossos afazeres num número limitado mas intensivo de tarefas rotineiras, mecânicas, se soma à tendência dos dias à homogeneidade, a uma falta de eventos que passa a ser desejada ("no news, good news"), para tornar o tempo leve e indistinto como o vento. Em compensação, viver o tempo inteiro com o peso da possibilidade de um evento tremendo, o evento que acabaria com todos os eventos, lhe dá uma gravidade turva de eras. O tempo do isolamento pandêmico é ambíguo por

que marca um tempo fora do tempo, um hiato, um compasso de espera, ao mesmo tempo deprimente e desejável, insuportável e acolhedor. Sair de seu círculo de tédio e enfrentar a possibilidade de nada desprezível de uma aceleração brusca do tempo e da marcha dos eventos até o ponto da ruptura, aquele em que já não haverá tempo — a fíntide, a morte. No entanto, deve se reconhecer que todo esse drama está chegando ao fim. Não por que o vírus tenha perdido fôlego no país, mas porque nossos governantes — e grande parte da população, com bons motivos ou não — decretaram que acabou o isolamento. Vamos ao tempo do deus-dará. Talvez a gente acabe descobrindo que os dias têm durado cinco minutos como metáfora do piscar de olhos com que a vida passa na terra.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Tabata Amaral, Thiago Amparo | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luis Francisco Carvalho Filho



Pacientes com Covid-19 na UTI do Hospital do M'Boi Mirim, zona sul de São Paulo. Foto: Lalo de Almeida/Folhapress

Com MG, 9 estados têm mais de 80% das UTIs ocupadas

Uso de leitos para pacientes de Covid-19 cresceu em 16 unidades federativas

SALVADOR, BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO, CURITIBA, RECIFE, PORTO ALEGRE, SÃO PAULO, BRASÍLIA E MANAUS A escalada dos casos graves do novo coronavírus fez crescer a ocupação dos leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) em 16 estados brasileiros. Nove têm mais de 80% deles ocupados. Minas Gerais, com alta dos casos na capital e no interior, tinha taxa de 90,6% de ocupação na segunda-feira (22), a maior do país. Roraima (88%), Mato Grosso (87%) e Rio Grande do Norte (84%) vêm na sequência, todos com os casos aumentando. Sem separar leitos para Covid-19, a Secretaria Estadual de Saúde de Minas diz que 16% das internações de pacientes graves são relacionadas à doença. Há um mês, a ocupação de leitos de UTI no estado era de 69%. Com a flexibilização da economia em várias regiões, incluindo, os números saltaram. A promotória mineira, com base em análises e estudos, estimou na semana passada que o estado chegaria ao esgotamento dos leitos nesta quinta. A data foi adiada graças à expansão na rede estadual, disse o secretário adjunto de saúde, Marcelo Cabral, em entrevista nesta quarta (24). Das 14 macrorregiões de saúde do estado, seis têm

percentual de ocupação de UTIs acima de 90%, incluindo as de Belo Horizonte, Uberlândia e Juiz de Fora. Nesta quarta, Minas chegou a 31.343 casos de Covid-19 confirmados e 771 mortes. As internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave aumentaram 718% em relação ao mesmo período de 2019. Um dos primeiros estados a autorizar a reabertura de comércio e de parques públicos, Mato Grosso continua com uma escalada no número de pacientes graves. A ocupação dos leitos de UTI, que há duas semanas era de 13%, está em 87%. A situação é mais grave no interior. Nas cidades de Rondonópolis, Cáceres e Sorriso, a ocupação dos era de 100% na terça (22). Em Várzea Grande, na Grande Cuiabá, só 1 dos 40 leitos para pacientes com Covid-19 estava disponível. Pernambuco, Maranhão e Ceará também têm ocupação acima de 80%, mas vivem desaceleração no número de casos graves. No Maranhão, onde o sistema de saúde atingiu o colapso há cerca de dois meses, o governo começou a redirecionar UTIs reservadas para pacientes com o novo coronavírus para pessoas com outras doenças. Em uma semana, o número de leitos para

Covid-19 caiu de 474 para 416. A Secretaria Estadual da Saúde apontou queda na ocupação de leitos, do número de novos casos e da taxa de contágio na Grande Ilha, formada por São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. No interior do estado, porém, houve aumento de casos graves. Na segunda, 80% dos leitos fora da Grande Ilha estavam ocupados. Há duas semanas, eram 68%. Pernambuco também registra queda na demanda de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave por leitos de UTI. Na terça, a taxa de ocupação na rede pública estadual era de 83%. Desde o início da pandemia, há uma semana, a cifra era 87%. Espírito Santo (82%) e Acre (81%) completam a lista de unidades federativas com mais de 80% dos leitos ocupados. No Rio de Janeiro, a taxa de ocupação das UTIs cai há algumas semanas. Na segunda, era de 57%. Contribuiu para a melhora a inauguração de hospital de campanha em São Gonçalo no dia 18. Outros cinco hospitais de campanha prometidos pelo governador Wilson Witzel (PSC) não foram abertos até hoje. Estudo da Secretaria de Saúde recomendou que eles não fossem mais construídos,

já que a ocupação está baixa e os custos de seriam altos. Em São Paulo, o governo do estado diz que não houve tensionamento nos leitos de UTI a despeito do novo recorde de óbitos em 24 horas registrado na terça. A taxa de ocupação é de 65,7%, contra 70% na semana passada. Bahia (75% dos leitos ocupados), Distrito Federal (67,2%) e Paraná (59%) têm crescimento no número de pacientes graves. No Paraná, alguns hospitais públicos de Curitiba e na região oeste do estado estão sem leitos exclusivos para infectados por Covid-19. A taxa média de 59% só é empurrada para baixo graças às condições favoráveis das outras áreas do estado. Na semana passada, a taxa era de 51%. Em Curitiba, 78% das UTIs estão preenchidas. Em meio a medidas de flexibilização do isolamento, Mato Grosso do Sul continua sendo o único estado com ocupação de leitos abaixo de 50%, mas com tendência de alta. O número de leitos ocupados subiu de 10% para 23% em uma semana. João Pedro Pitombo, Fernanda Canobre, Diego Garcia, Júlia Barbon, Katia Baran, João Valadares, Paula Sperb, Ana Luiza Albuquerque, Carolina Moraes, Raquele Lopes e Monica Prestes

Nove estados têm mais de 80% de ocupação em leitos de UTI para Covid-19

Em 22 jun, nas redes estaduais

	Leitos existentes	% de leitos ocupados
MG	2.901	91
RR	41	88
MT	240	87
RN	213	84
PE	745	83
ES	662	82
MA	416	82
CE	711	81
AC	48	81
BA	896	75
GO	158	75
RO	132	75
AL	270	73
PA	701	70
AM*	205	70
RS	2.058	68
PI	419	68
SE	166	68
DF	428	67
SP*	0	66
SC*	0	64
PB	354	61
PR	786	59
RJ	587	57
TO	54	50
MS	209	23
AP*	0	0

*Dado não informado. CE e BA incluem leitos estaduais e municipais. MG contabiliza todos os leitos, não apenas os para Covid-19. RS e SC incluem leitos estaduais, municipais e privados. RJ contabiliza apenas os hospitais de referência. Fonte: governos estaduais.

Suspensão por causa Covid-19, Festival de Parintins segue indefinido

MANAUS A pandemia de Covid-19 deixou indefinida a realização da maior manifestação cultural do Amazonas, o Festival Folclórico de Parintins. Tradicionalmente realizada no último fim de semana de junho, a festa, que atrai, em média, 60 mil turistas por ano à ilha de Parintins, no Baixo Amazonas, foi suspensa em maio e ainda não tem nova data para acontecer. A suspensão se dá por causa do alto risco de contaminação no evento, que reúne mais de 17 mil pessoas no Bumbódromo de Parintins durante três noites, sem falar nos cerca de 7.000 artistas dos bumbás Caprichoso e Garantido, que se apresentam na arena, e nas centenas de trabalhadores envolvidos na produção, no transporte e na segurança das alegorias. O cancelamento do evento na data tradicional foi anunciado em 25 de maio, mas desde então o governo do estado não se posicionou mais. O festival movimentou mais de R\$ 476 milhões entre 2005 e 2019, atraindo mais de 750 mil turistas que, em 2019, gastaram, em média, R\$ 147 por dia. Na semana passada, a diretoria dos dois bumbás, Caprichoso e Garantido, cobrou, por meio de uma carta, uma definição, ainda que provisória, de nova data. A secretária executiva de Comunicação do Governo do Amazonas, Cristiane Mota, informou que ainda não há uma data definida para a realização do festival e que qualquer decisão vai depender da situação da rede de assistência médica e dos indicadores epidemiológicos, não só de Parintins e do Amazonas, como de diferentes lugares do país e do mundo, de onde vêm os visitantes. "Não há como prever um mês sem antes a avaliação de o que vai acontecer, sem esse tempo de observação epidemiológica. As agremiações e patrocinadores têm conversado com o governo constantemente, mas ainda não há definição de mês para realização do evento e tampouco de cancelamento para este ano. Tudo depende da evolução da pandemia", justificou.

Veículo: Folha de SP	Caderno: Mercado
Data: 25/06/2020	Página: --

FOLHA DE S.PAULO



Ramos anuncia novas parcelas do auxílio emergencial de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300, mas apaga publicação em seguida

Secretaria de Governo diz que assunto ainda está em discussão no governo

25.jun.2020 às 8h40

[Ricardo Della Coletta](#)

Brasília

O ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, afirmou que a extensão do [auxílio emergencial](#) por três meses terá parcela de R\$ 500, R\$ 400 e R\$300, valores que superam os que vinham sendo discutidos publicamente até então.

A informação foi publicada pelo ministro em uma rede social, mas ela foi apagada pouco depois. A pasta comandada por ele disse que a publicação está incorreta e que o assunto ainda está em discussão no governo. "O governo vai pagar três parcelas adicionais (de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300) do auxílio emergencial. A proposta faria o benefício chegar neste ano a pelo menos R\$ 229,5 bilhões. Isso é 53% de toda a transferência de renda já feita no programa Bolsa Família desde o seu início, em 2004", escreveu Ramos, no início da manhã desta quinta-feira (25).

A [prorrogação do auxílio emergencial](#), que hoje é de R\$ 600, tem sido discutida internamente no governo.

O tema deve ser novamente debatido nesta quinta em reunião de Bolsonaro com os ministros Braga Netto (Casa Civil), Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni (Cidadania), além dos presidentes do Banco Central, Roberto Campos Neto e da Caixa, Pedro Guimarães.

Guedes vinha trabalhando por valores inferiores aos divulgados nesta quinta por Ramos.

Em 9 de junho, ele disse que o Executivo planejava pagar [mais duas parcelas do auxílio emergencial, no valor de R\\$ 300 cada uma](#).

O próprio presidente Bolsonaro chegou a defender, poucos dias depois, o valor, e disse que [vetaria qualquer ação do Legislativo para aumentá-los](#).

"Na Câmara por exemplo, vamos supor que chegue uma proposta de duas [parcelas extras] de R\$ 300. Se a Câmara quiser passar para R\$ 400, R\$ 500, ou voltar para R\$ 600, qual vai ser a decisão minha? Para que o Brasil não quebre? Se pagar mais duas de R\$ 600, vamos ter uma dívida cada vez mais impagável. É o veto", afirmou Bolsonaro em uma live no dia 11 de junho.

Veículo: Folha de SP	Caderno: Mercado
Data: 25/06/2020	Página: --

FOLHA DE S.PAULO



BC revisa projeção e vê queda de 6,4% no PIB em 2020

Para a inflação, autoridade monetária projeta 1,9% em 2020 e 3,0% em 2021

25.jun.2020 às 9h51

Larissa Garcia

Brasília

Com o agravamento da crise econômica causada pela pandemia da Covid-19, o Banco Central revisou a projeção de retração do PIB (Produto Interno Bruto) para 6,4%. O dado foi divulgado no relatório trimestral de inflação nesta quinta-feira (25).

[No documento passado](#), a autoridade monetária previu para o ano estabilidade na atividade econômica, com PIB zero em 2020. O BC espera que a contração seja seguida de recuperação gradual nos dois últimos trimestres do ano, “repercutindo diminuição paulatina e heterogênea do distanciamento social e de seus efeitos econômicos”.

O texto destacou que [o PIB recuou no primeiro trimestre de 2020](#), repercutindo os primeiros impactos da pandemia do novo coronavírus na economia brasileira “Essa retração foi a maior desde 2015 e interrompeu a tendência de crescimento gradual. Indicadores recentes sugerem que a contração da atividade econômica no segundo trimestre será ainda maior”, avaliou.

Segundo o BC, dados de frequência diária e semanal sugerem que a atividade atingiu o menor patamar em abril, havendo recuperação apenas parcial em maio e junho.

Para o mercado de crédito, apesar da crise, o BC projeta alta de 7,6%. O número foi revisto para cima —no relatório passado, a previsão era de 4,8%. O texto ressaltou que houve crescimento de 3,4% no estoque de empréstimos entre fevereiro e abril.

“O mercado de crédito cresceu no trimestre encerrado em abril de 2020, no contexto da pandemia da Covid-19, com dinâmicas distintas nos segmentos de pessoas físicas e jurídicas”, justificou.

O relatório destacou que foi registrada forte retração nos gastos com cartão de crédito pelas famílias, “reflexo da súbita alteração nos padrões de consumo a partir da segunda quinzena de março”, e que houve expansão das linhas de financiamento a exportação e capital de giro, “repercutindo o aumento expressivo na demanda por liquidez pelas empresas”.

De acordo com o documento, separando a concessão de crédito no período [por porte](#) das empresas, a alta acentuada de novas contratações no fim de março [foi puxada por empréstimos concedidos às médias e grandes](#), com faturamento superior a R\$ 10 milhões por ano.

O BC considerou três faixas de faturamento anual (até R\$360 mil, entre R\$360 mil e R\$10 milhões, e acima de R\$10 milhões).

No período, a média diária das [operações contratadas por esse grupo aumentou](#) de cerca de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 6,0 bilhões, “arrefecendo ao longo de abril, mas mantendo-se ainda em patamar significativamente acima do observado em 2019 e no primeiro bimestre de 2020”.

Segundo o BC, em parte, esse movimento é associado ao retorno de grandes empresas ao crédito bancário. Antes da crise, elas vinham se financiando no mercado de capitais.

As novas operações de [micro e pequenas empresas](#) mantiveram em março o mesmo nível do primeiro bimestre de 2020 e se elevaram a partir do dia 10 de abril.

[Para a inflação](#), a projeção do BC é de 1,9% em 2020, 3,0% em 2021 e 3,6% em 2022. A estimativa leva em conta taxa básica de juros e câmbio constantes a 3,00% ao ano e R\$ 4,95, respectivamente.

A simulação da autoridade monetária mostra que a inflação pode ficar entre 1,3% e 2,5% no fim de 2020. O maior valor projetado fica no limite do piso estabelecido pela meta, que é de 4,0%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo.

“As projeções aqui apresentadas dependem ainda de considerações sobre a evolução das reformas e ajustes necessários na economia”, frisa o texto.

“A inflação no trimestre encerrado em maio repercutiu os efeitos da pandemia da Covid-19 e a retração do preço internacional do petróleo. Movimentos de grande amplitude do câmbio e dos preços de commodities, além dos efeitos heterogêneos da pandemia sobre oferta e demanda pelos diversos bens e serviços, acarretaram mudanças de preços relativos”, trouxe o relatório.

“De um lado, destaca-se o forte recuo nos preços de combustíveis e de passagem aérea. Do outro, a alta nos preços de alimentos e no preço internacional do minério de ferro”, avaliou.

O BC estima ainda que o déficit nas contas externas brasileiras fique em 1% do PIB em 2020.

Veículo: Estadão	
Data: 25.06.2020	Caderno: Economia



Abdib defende 'venda de dívida tributária' para dar fôlego a Estados e investimentos

Proposta prevê que o dinheiro seja utilizado apenas em previdência e investimentos, o que pode ajudar os Estados a recuperar a capacidade de gastar em infraestrutura

Anne Warth, O Estado de S.Paulo

23 de junho de 2020 | 14h35

BRASÍLIA – Na semana em que **o governo lançou um novo refis para renegociar dívidas tributárias**, a **Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib)** passou a defender a aprovação do projeto de lei que permite à União, Estados e municípios vender o

direito de cobrança de uma dívida parcelada – a chamada “securitização”. A proposta poderia render R\$ 75,9 bilhões aos entes federativos, sendo R\$ 19,4 bilhões aos Estados. Vários governadores já sinalizaram que o socorro da União, de R\$ 60 bilhões, não será suficiente para fazer frente à crise.

Para a associação, trata-se de uma injeção de recursos importante em um ano que terá forte queda de arrecadação em razão da pandemia do **novο coronavirus**. A proposta prevê que o dinheiro seja utilizado apenas em previdência e investimentos, o que pode ajudar os Estados a recuperar a capacidade de gastar em infraestrutura. Para os críticos, a operação pode representar antecipação de receitas, o que violaria a **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**.

PUBLICIDADE

De autoria do senador **José Serra (PSDB-SP)**, o projeto de lei foi apresentado em 2016 e aprovado no Senado, mas ainda precisa passar pela Câmara. A securitização é uma operação que permite a venda de fluxos de direitos creditórios a terceiros, como pessoas físicas e fundos de investimento. Na proposta, o risco é repassado ao investidor, e cabe ao ente público manter as cobranças – seja pela Fazenda, seja por meio de empresas especializadas.

A proposta cria um conselho de gestão fiscal, formado por União, Estados e municípios, para harmonizar procedimentos fiscais e orçamentários. Todas as operações ficariam submetidas ao padrão definido por esse conselho. A emissão deve feita por Sociedades de Propósito Específico (SPEs) ou por uma estatal não

dependente. A proposta exige que os recursos arrecadados no ato devem ser usados em investimentos ou na previdência, e há proibição para aplicação em custeio.

Para o assessor parlamentar do senador, o economista Leonardo Ribeiro, essa é também uma forma mais efetiva de os governos cobrarem dívidas de impostos não pagos em programas de parcelamento anteriores do que o tradicional Refis. Segundo ele, estudos mostram que 20% dos que aderem a programas de parcelamento deixam de pagar já nos primeiros meses, à espera do próximo Refis.

Para chegar aos R\$ 75,9 bilhões, Ribeiro somou a dívida ativa da União, Estados e capitais, de R\$ 3,614 trilhões, e considerou apenas 10% dela – saldo de parcelamentos que poderia ser classificado como de rating elevado. Desse total, ele estimou uma cessão de 70%, já que parte das dívidas, uma vez pagas, devem ser transferidas para outros entes federativos. Considerando os valores pagos à vista, como debêntures sênior, após o deságio, a União poderia arrecadar R\$ 50,7 bilhões; os Estados, R\$ 19,4 bilhões; e as capitais, R\$ 5,8 bilhões.

Na proposta que saiu do Senado, apenas créditos que já foram parcelados podem ser securitizados, pois isso reduz o risco da operação, já que o devedor já assumiu que deve e que vai pagar. Na Câmara, os deputados discutem agora eventuais restrições à proposta, como se ela deve ser restrita à dívida ativa e se pode ser feita com qualquer tipo de crédito tributário.

Para o presidente da Abdib, Venilton Tadini, a proposta é importante não apenas para o setor de infraestrutura, mas também para o setor público, que precisa encontrar mecanismos e formas de financiamento. “Não estamos falando de antecipação de receitas, algo condenável e fora da LRF, nem em aumentar o nível de endividamento. Estamos falando de operações vencidas e não pagas e que hoje são ativos”, afirmou. “Uma dívida ativa parcelada não é uma receita futura orçamentária, nem uma receita corrente. É uma estrutura pretérita que não se tornou caixa. A ideia é monetizá-la”, acrescentou.

Segundo Tadini, o momento econômico é bom para fazer esse tipo de operação, já que a taxa de juros está em seu menor patamar, em 2,25% ao ano, o que torna o instrumento barato para Estados e municípios. Como há histórico de pagamentos, é possível calcular até rating para as operações. Atualmente à frente da Abdib, Tadini foi presidente do Banco Fator e coordenou as operações de securitização feitas pelo governo de São Paulo em 2012, 2014 e 2015.

Veículo: O Globo

Online

Data: 25/06/2020

Coluna: Economia

O GLOBO

Saneamento: nova lei já amplia concorrência em três licitações neste ano. Saiba onde

Concessões em Alagoas, Espírito Santo e Rio têm investimentos previstos de R\$ 37 bilhões ao longo de 30 ou 35 anos de contrato

Glauce Cavalcanti

25/06/2020 - 04:30 / Atualizado em 25/06/2020 - 07:32



Mudança na lei vai destravar investimentos privados em saneamento básico Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo

[Newsletters](#)

RIO - A [aprovação do marco regulatório do setor de saneamento](#) deve atrair fundos e grupos especializados, sobretudo do exterior, segundo especialistas.

De largada, vai ampliar a concorrência em três licitações já previstas para este ano.

Os processos de concessão de estatais do setor de Alagoas — [com leilão marcado para setembro](#) —, Cariacica (ES) e Rio de Janeiro, com a Cedae, estruturados pelo BNDES, somam perto de R\$ 37 bilhões em previsão de investimento em contratos de 30 ou 35 anos. Nos primeiros cinco anos, o aporte nesse trio de licitações poderia bater R\$ 15 bilhões, segundo consultores.

É uma gota no oceano dos R\$ 700 bilhões em recursos necessários para garantir que, até 2033, 99% da população do país tenham acesso a água potável e que 90% contem com coleta e tratamento de esgoto.



Para garantir água potável e esgoto tratado para toda a população até 2033, como previsto no Plano Nacional de Saneamento, setor precisa de R\$ 50 bi de investimentos anuais Foto: Hermes de Paula / Agencia O Glob / Agência O Globo

Hoje, o Brasil tem [35 milhões de pessoas sem água tratada](#) e 104 milhões, ou quase metade da população, sem coleta de esgoto.

— O marco vai trazer geração de valor, porque, com a regulação, os projetos e as empresas se tornarão mais atraentes. Isso vai resultar em valores mais altos em outorgas nos leilões, elevar o valor de mercado das companhias —

diz Percy Soares Neto, diretor executivo da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon).

O BNDES já soma mais de R\$ 53 bilhões em estimativa de investimento em projetos para concessão de saneamento no país. Há outros sendo formatados por fora, caso do Mato Grosso do Sul.

Retorno financeiro maior

A nova legislação traz três pilares principais para mudar o setor. Ao regular os processos e criar diretrizes técnicas, amplia a segurança para o investidor. Depois, estabelece que os serviços de saneamento somente poderão ser concedidos via licitação, garantindo que toda empresa pública ou privada terá de concorrer com outros interessados. Por fim, cria um mecanismo de concessões em bloco, permitindo agrupar municípios e regiões lucrativas e deficitárias.

Os grandes grupos que já atuam em saneamento no país — como BRK Ambiental, Aegea e Águas do Brasil — demonstram apetite para ampliar operações. Hoje, apenas 6% da população tem os serviços de água e esgoto fornecidos pela iniciativa privada.

Pense grande: [Empresas de investimento miram no setor de saneamento](#)

— O marco chega com atraso. O Brasil tripudiou de um setor fundamental para a saúde. Mas o investimento virá. Os projetos têm retorno financeiro maior para o investidor. Há a imensa atratividade pelo impacto socioambiental positivo, reduzindo gastos com saúde, impulsionando atividades como o turismo. Com a desvalorização do real, fica ainda mais

atraente — destaca Renato Sucupira, presidente da BF Capital. — Fundos diversos como BlackRock, Vinci, Pátria, mesmo empresas de outros setores, como a CCR, já se mostraram interessadas.

Um dos desafios é investir para reduzir a forma como a cobertura em serviços de saneamento acompanha a desigualdade no país, o que passa pela questão tarifária.

“Se o Brasil reiniciar os investimentos adequados no setor e olhar para essa população mais vulnerável, vai reduzir a pobreza e a desigualdade”, ponderou Léo Heller, pesquisador da Fiocruz Minas e relator especial da ONU para o direito humano à água e ao esgotamento sanitário, em entrevista ao GLOBO em março.

Da educação ao turismo

Estudo do Trata Brasil calcula que, se o Brasil alcançasse a universalização dos serviços de água e esgoto até 2036, teria um impacto de R\$ 1,12 trilhão em redução de gastos com saúde, melhor desempenho do trabalhador e de crianças e jovens na escola e em áreas como mercado imobiliário e turismo.

Selecione um indicador:

clique nos ícones

Renda média



Renda do trabalho no turismo



Aluguel médio



Atraso escolar



Escolaridade



Nota média no ENEM



Renda média

R\$ por mês

Brasil

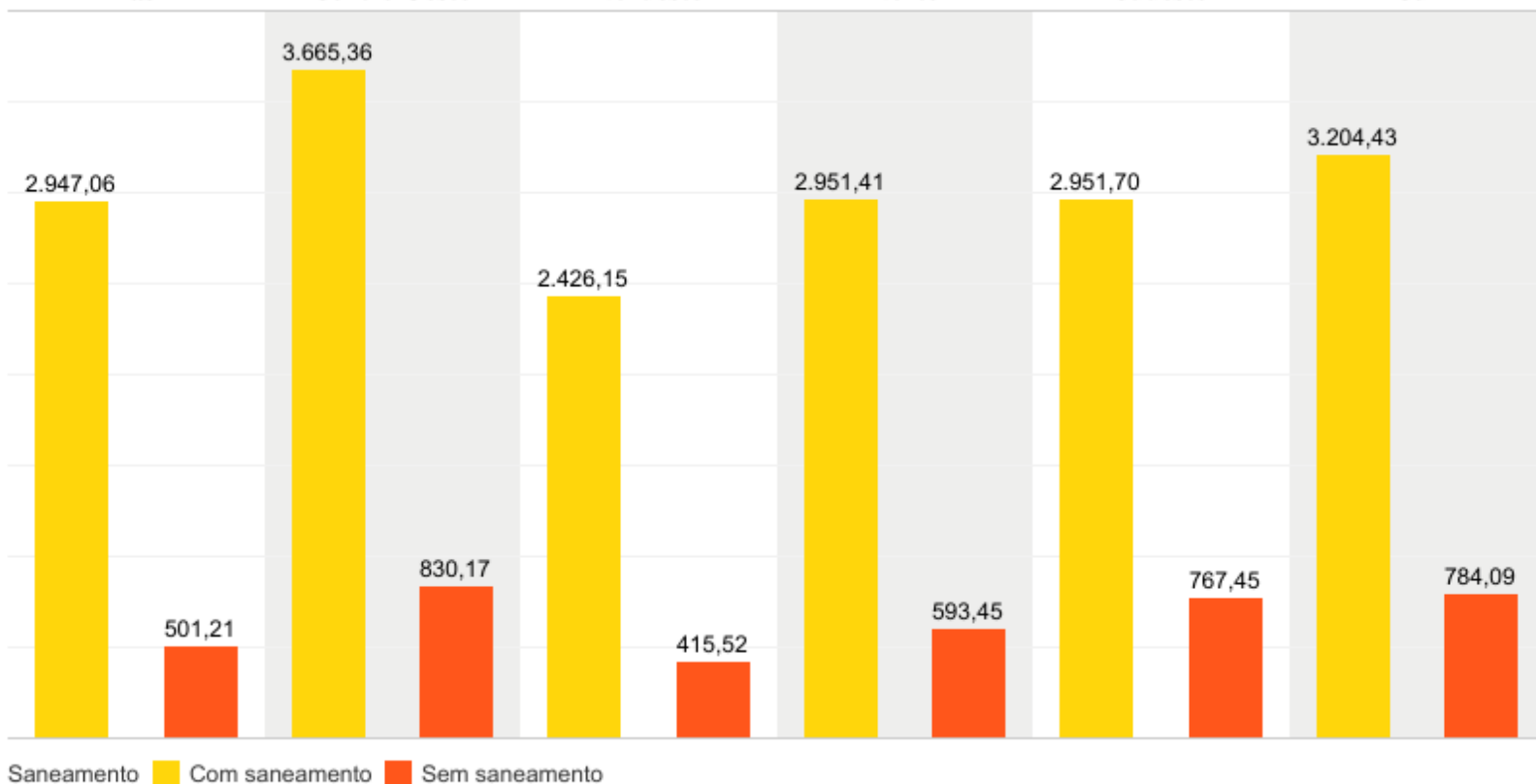
Centro-Oeste

Nordeste

Norte

Sudeste

Sul



Consulte também por UF ou Região Metropolitana (RM)

Selecione no menu abaixo

Localidade Rio de Janeiro (RM)

Rio de Janeiro (RM)

Com saneamento
Sem saneamento



BNDES quer ampliar carteira no Norte e Nordeste

Para diretor da instituição, novo marco regulatório do saneamento vai acelerar velocidade de novos projetos na carteira do banco

Por **Francisco Góes** — Do Rio

25/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A carteira de projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na área de saneamento básico vai crescer com maior velocidade, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do país, a partir da aprovação do novo marco legal do setor. A expectativa é de Fábio Abrahão, diretor de infraestrutura, concessões e PPPs do BNDES. Na visão dele, as novas regras vão impulsionar os investimentos. O banco, afirma, está em processo de prospectar novos projetos para o portfólio de saneamento.

Hoje o BNDES tem uma carteira de oito projetos de saneamento nos quais se estimam investimentos totais de R\$ 50 bilhões ao longo da concessão, sendo parte desses recursos aportados diretamente pelas empresas e outra parcela pelo banco de fomento na forma de financiamento. Os percentuais de aporte de capital e de dívida em cada projeto são definidos caso a caso, diz Abrahão. A maior parte dos investimentos se concentra nos primeiros anos da concessão, diz Abrahão.

O investimento de R\$ 50 bilhões refere-se a um conjunto de oito projetos de concessão e parcerias público-privadas (PPPs), divididos da seguinte forma. Em 2020, o banco espera fazer concessões de saneamento em Alagoas e no Rio de Janeiro. No Rio, se prevê a concessão ao setor privado da Cedae, a estatal fluminense de água e esgoto. É a maior concessão prevista no país com investimentos totais projetados de R\$ 33,5 bilhões.

A concessão da Cedae será feita em quatro blocos, reunindo em um mesmo bloco áreas nobres e áreas mais carentes, por exemplo. O leilão desses blocos está previsto para o último trimestre deste ano. Abrahão diz que do ponto de vista técnico e sob o aspecto do interesse dos investidores o processo de concessão da Cedae é “possível” de ser realizado ainda em 2020. Ele reconhece, porém, que existe um componente político nesse processo que o banco não domina.

Também este ano o banco projeta fazer a PPP de esgoto de Cariacica, no Espírito Santo. Para 2021, estão programadas concessões no Acre e Amapá, além de Porto Alegre. No cronograma do banco para o ano que vem, também há previsão de duas PPPs de esgoto: uma envolvendo conjunto de municípios do interior do Rio Grande do Sul e outra na região metropolitana de Fortaleza, no Ceará.

Embora a carteira do BNDES no saneamento venha sendo construída nos últimos anos, Abrahão afirma que os projetos existentes vão incorporar novidades do novo marco via contratos de concessão. A prioridade do banco nessa área é estimular investimentos justamente via concessão, privatizações e, em alguns casos, de forma excepcional, via PPPs. O banco entende que a PPP aplica-se a casos específicos como, por exemplo, o tratamento de esgoto. O BNDES, por outra parte, não modela projetos de subconcessão por considerar essa figura jurídica mais frágil.

Uma das novidades previstas no novo marco regulatório que poderá ser incorporada aos contratos em carteira no BNDES refere-se a um processo rápido de delegação por parte do município, que é o poder concedente do serviço de saneamento, para Estados ou regiões metropolitanas, diz Abrahão. Ele cita a dificuldade existente no marco em vigor para que o município faça essa delegação ao Estado pois o processo é longo e exige a elaboração de lei e sua respectiva aprovação pela Assembleia Legislativa.

Abrahão diz que o BNDES participou ativamente das discussões do novo marco e que a carteira do banco no saneamento é fruto de processo de aprendizado. O banco atua como prestador de serviços a Estados e municípios. Ajuda a entender as necessidades de cada ente da federação e estrutura os projetos. Uma vez realizado o leilão da concessão ou PPP, o banco presta assistência jurídica e financia o empreendimento.

Concurso público terá avaliação de impacto

Atendimento às solicitações para contratação de 24 mil funcionários no próximo ano irá considerar a reflexo financeiro no longo prazo

Por Edna Simão — De Brasília

25/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo recebeu, até o fim de maio, pedido para contratação de 24 mil novos servidores públicos federais no próximo ano. A análise dessas solicitações pelo Ministério da Economia vai considerar o impacto financeiro no longo prazo para as contas públicas. Até o fim de agosto, o governo encaminha ao Congresso Nacional a proposta de Lei Orçamentária Anual de 2021 e nela devem constar as autorizações.

O secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Wagner Lenhart, disse ao **Valor** que, num momento de forte restrição orçamentária, é preciso ser mais criterioso com relação à contratação de servidores públicos. “A tendência é de restrição muito grande [de concursos] no ano que vem”, frisou, acrescentando que as contratações serão estratégicas e pontuais.

O Ministério da Economia vai passar a exigir, a partir de 1º de julho de 2020, estudo de impacto financeiro no longo prazo, segundo Instrução Normativa 46, publicada ontem no “Diário Oficial da União” (DOU). No caso dos pedidos já feitos, o Ministério da Economia fará as contas de impacto. Para solicitações futuras, o ministério vai disponibilizar uma calculadora aos órgãos públicos. “Traz mais um elemento para tomada de decisão para que não seja um problema lá na frente”, disse o secretário. “Mas isso não significa que não vai fazer concurso público ou vai impedir”, complementou.

Segundo ele, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) já preveem que as solicitações de concurso público tenham a estimativa de impacto no exercício por três anos. Mas, para analisar o pedido de realização de concurso, o Ministério da Economia vai analisar o impacto financeiro por um prazo maior, ou seja, de 10 anos. “Nosso compromisso é com o longo prazo para evitar desequilíbrio fiscal”, frisou Lenhart.

Estudos da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia demonstram que, em média, os servidores têm permanecido em atividade por um período de 34,2 anos. Já as aposentadorias duram, em média, 24,6 anos, e o pagamento de pensão aos descendentes mais 11 anos. Ou seja, em média, são 69,8 anos de comprometimento da União com o servidor.

Segundo informações do ministério, o normativo vai introduzir a perspectiva de longo prazo na análise do impacto orçamentário proveniente das despesas decorrentes do ingresso de servidores públicos e aprimorar a análise das solicitações de autorização de concurso público, por parte do Ministério da Economia, que levará em consideração itens relevantes à composição da despesa com a folha de pagamento, entre eles: progressões, promoções, reajuste e incorporação de gratificações.

A medida vale para todos os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) na solicitação de autorização de concursos públicos e de provimento de cargos públicos.

A Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal criou ainda o Programa de Desenvolvimento de Líderes do Setor Público, o LideraGOV, que tem como objetivo identificar, valorizar e desenvolver líderes na Administração Pública Federal. O programa, que é uma parceria entre a secretaria e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Centro de Liderança Pública (CLP), terá duração de um ano e, inicialmente, terá como público-alvo servidores do Ministério da Economia que não ocupam postos de liderança.

Covid deixa 9,7 milhões sem salário em maio; 38,7% dos lares receberam benefício

Pandemia deixa 9,7 milhões sem salário em maio e auxílio chega a 38,7% dos lares

Por Alessandra Saraiva e Gabriel Vasconcelos — Do Rio

25/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Cimar Azeredo: "A pessoa não pode sair de casa em busca de emprego e os estabelecimentos estão fechados" — Foto: Leo Pinheiro/Valor

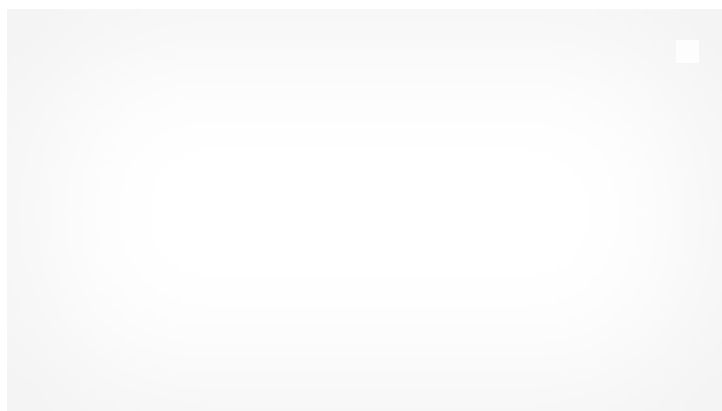
A pandemia da covid-19 fez 9,7 milhões de trabalhadores ficarem sem remuneração em maio. O grupo equivale a 11,7% da população então ocupada no país (84,4 milhões). É mais da metade (51,3%) dos que estavam afastados de suas atividades devido ao isolamento social. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios (Pnad) Covid-19, divulgada ontem pelo IBGE. Trata-se de versão experimental da Pnad Contínua, que vem colhendo informações semanalmente para medir os impactos da crise.

“São pessoas consideradas na força [de trabalho], mas estão com salários suspensos”, disse o diretor adjunto de pesquisas do IBGE, Cimar Azeredo. Justamente por isso, a taxa de desemprego no naquele mês ficou estável em 10,7% - dos 94,5 milhões de brasileiros na força de trabalho, 10,1 milhões buscaram emprego sem êxito.

Durante a crise, afirma Azeredo, é possível e até provável que o desemprego não suba, porque os demitidos não devem migrar para o contingente desocupado -que busca emprego - mas para fora da força de trabalho. Aí estão os que não desejam trabalhar e os que não procuraram vagas, mas gostariam de fazê-lo. É esse o grupo que deve ser inflado na crise. “A pessoa não pode sair de casa em busca de emprego e os estabelecimentos estão fechados”, diz o gerente do IBGE.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Ainda assim, o nível de ocupação no mercado de trabalho em maio foi de 49,7%, um recorde negativo, segundo Azeredo. “A pandemia fez com que a população ocupada descesse a menos da metade [da população em idade de trabalhar, 169 milhões de pessoas]. É a primeira vez na história que isso acontece”, observa.

Em maio, entre os 84,4 milhões de ocupados, 18,9 milhões (22,39%) estão temporariamente afastados do trabalho. Destes, 15,7 milhões, ou 82,9% graças à covid-19 e, o restante, por motivo de férias ou licença.

A massa salarial efetivamente recebida pelos trabalhadores brasileiros em maio foi de R\$ 157,9 bilhões, ante os R\$ 192,9 bilhões que deveriam movimentar normalmente. O rendimento médio efetivamente tocado pelo empregado em maio foi de R\$ 1.898,86, quando em situação normal teria sido R\$ 2.320,25.

Dos 65,4 milhões de pessoas que seguiram trabalhando, 8,7 milhões, ou 13,3%, passaram a trabalhar de casa. Do total, 29,2 milhões (34,4%) eram trabalhadores informais, informou o IBGE.

O IBGE também pesquisou a dinâmica do auxílio emergencial por faixas de renda. O IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) consideram que, em maio, o programa focou os mais pobres de forma adequada.

Cerca de 20,3% do gasto total chegou ao decil mais pobre da população e o montante regrediu conforme o aumento da renda média: o segundo decil mais pobre ficou com 18,6% da verba e os mais ricos ficaram com 1,4% do total. Naquele mês, 38,7% dos 68 milhões de domicílios brasileiros foram beneficiados, e quase a metade da população (44,7%) mora em uma casa que recebeu a ajuda. O Estado distribuiu, então, R\$ 23,5 bilhões e o valor médio recebido por domicílio ficou em R\$ 846,50.

Com o auxílio, a renda domiciliar per capita aumentou, na média, 10,3%, saltando de R\$ 1.078,31 para R\$ 1.189,79. Como no Brasil o valor da renda domiciliar per capita varia de R\$ 10,64 entre os 10% mais pobres e R\$ 4.646,14 entre os 10% mais ricos, o impacto do auxílio também variou. O decil mais pobre, por exemplo, viu sua renda per capita saltar 2.136%, chegando a R\$ 238,03.

Os repasses chegaram a 71,9% das famílias entre as 10% mais pobres do país, com rendimento per capita de até R\$ 56,62, e a 80,7% das famílias do segundo décimo mais pobre da população (renda de até R\$ 233,18 por integrante). Diretor-adjunto de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, Marco Cavalcanti afirma que o grau de cobertura do auxílio é exitoso. “Chegou a quem mais precisava e com magnitude expressiva”, diz Cavalcanti chama atenção o valor do auxílio se comparado com a renda domiciliar per capita desse grupo.

Distribuidoras racionam entrega de diesel aos postos

O problema no suprimento já tem afetado a ponta do consumo em diferentes Estados

Por André Ramalho — Do Rio

25/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Distribuidoras de combustíveis têm feito nos últimos dias uma espécie de racionamento de diesel, em suas bases, diante de problemas na compra do biodiesel que é misturado ao derivado fóssil, disseram três fontes do setor. O problema no suprimento já tem afetado postos em diferentes Estados.

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) informou que não tem conhecimento sobre desabastecimento de diesel no mercado até o momento. O **Valor** apurou junto a distribuidoras que o caso, por ora, não é generalizado, mas que a situação vem se agravando nos últimos dias e deve continuar crítica até o início de julho. Há relatos de racionamento na entrega do derivado em bases do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Distrito Federal, mesmo tendo a ANP reduzido temporariamente, por uma semana, os percentuais obrigatórios de mistura do biodiesel no diesel, de 12% para 10%. O Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Espírito Santo confirmou, por exemplo, que postos têm recebido apenas parte das encomendas feitas e há casos pontuais de desabastecimento.

As distribuidoras compram o biodiesel por meio de pregões bimestrais. Nessas licitações, são contratados os volumes necessários para 60 dias. Em abril, em meio ao momento mais crítico da queda da demanda por combustíveis no mercado, provocada pelas medidas de isolamento social, houve uma mudança no funcionamento do leilão que ajuda a explicar, em parte, o problema atual

Em meio às incertezas sobre o comportamento da demanda em maio e junho, o 72º leilão de biodiesel foi suspenso. A ANP retomou a licitação ainda em abril, mas, antes disso, mudou as regras da licitação para reduzir, de 95% para 80%, o percentual de biodiesel que as empresas são obrigadas a retirar daquilo que foi contratado, sob pena de multa. Os compromissos valem tanto para distribuidoras quanto produtores.

Segundo duas fontes do setor de distribuição, os produtores de biodiesel se aproveitaram da flexibilização dos percentuais de retirada mínima para entregar menos do que o contratado e, assim, produzir mais óleo de soja - cujos preços subiram no mercado. Acontece que a demanda não se comportou como o esperado. Os volumes de venda de diesel se recuperaram rápido e voltaram este mês aos patamares pré-crise, estressando o suprimento do biocombustível.

As distribuidoras pedem à ANP a extensão do prazo da redução temporária dos percentuais de mistura do biodiesel no diesel, que venceu no início da semana. O setor também alega que parte dos produtores de biodiesel especulou com a flexibilização das regras do leilão e preferiu segurar parte da oferta contratada, para tentar se aproveitar de melhores preços num eventual leilão extraordinário para suprir emergencialmente o mercado - como se confirmou. Os produtores defendem que as distribuidoras subdimensionaram a demanda, em abril.

A BR Distribuidora informou que reforçou sua logística e que não há, até o momento, nenhum cliente desabastecido. A companhia reconhece, porém, que a oferta de biodiesel está “realmente bem estressada” e que vem monitorando e mantendo contato com a ANP. Ipiranga e Raízen não comentaram.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com Mercedes Club.
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas
SHIKAKAI



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Equipe econômica quer veto para desoneração

Fim do benefício sobre a folha de pagamento abre espaço no teto de gastos em 2021

25/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O projeto de conversão da medida provisória 936, aprovado pelo Congresso Nacional, aguarda sanção do presidente Jair Bolsonaro, o que deverá acontecer nos próximos dias. A equipe econômica propôs o veto do presidente ao artigo 33 do projeto, que adiou o fim da desoneração da folha de pagamentos de vários setores da economia de 31 de dezembro deste ano para 31 de dezembro de 2021. O argumento principal para o veto é que a prorrogação do benefício contraria a emenda constitucional 106, recentemente aprovada.

A concessão de benefício tributário que resulte em renúncia de receita tem que ser acompanhada de medida de compensação, com aumento de outro tributo, de acordo com o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A área técnica argumenta que a EC 106/2020 estabeleceu que, para criação de benefício tributário, o artigo 14 da LRF não precisa ser obedecido desde que o efeito da medida fique restrito à duração da situação de calamidade, o que, no atual caso, é 31 de dezembro deste ano. Como o objetivo da prorrogação é estender o benefício para 2021, a medida seria inconstitucional para a equipe econômica.

Fim do benefício abre espaço no teto de gastos em 2021

Há, no entanto, um complicador nesse entendimento. No mesmo mês de maio, em que promulgou a EC 106, o Congresso aprovou também a lei complementar 173, alterando algumas regras da LRF. O artigo 3º da nova lei diz que durante o estado de calamidade pública fica afastado o artigo 14 da LRF. E, ao contrário da EC 106, não dá prazo para a produção dos efeitos da renúncia de receita.

O artigo 7º da mesma lei também afasta as condições e vedações do artigo 14 da LRF, desde que o incentivo ou benefício seja destinado ao combate à calamidade pública, sem estabelecer prazo de vigência dos efeitos. A questão agora é saber se uma lei complementar pode “flexibilizar” um dispositivo constitucional, segundo especialista consultado pelo **Valor**.

A desoneração da folha de pagamento das empresas foi instituída pela ex-presidente Dilma Rousseff, em 2011, com o objetivo de estimular a geração de empregos formais. Amplos setores da economia foram beneficiados com a medida e substituíram a contribuição ao INSS incidente sobre a folha de salários por uma contribuição calculada sobre o faturamento da empresa. Dilma chegou a tornar a desoneração permanente

Em 2015, no entanto, ela mudou de ideia. Como parte de um amplo programa para reequilibrar as contas públicas, a ex-presidente começou a reduzir o número de setores com direito ao benefício e aumentou a alíquota da contribuição sobre a receita bruta das empresas. Em 2018, já no governo do ex-presidente Michel Temer, foi fixada a data de 31 de dezembro deste ano para a extinção do benefício para todos os setores da economia.

A lei que instituiu a desoneração da folha (lei 12.546/2011) determinou que o governo compensasse a Previdência pela perda de receita decorrente da medida. A perda com a desoneração chegou a R\$ 25,4 bilhões em 2015. Para este ano, a perda foi estimada em R\$ 9,891 bilhões.

A compensação à Previdência é contabilizada como despesa do Tesouro Nacional. Na verdade, é uma despesa puramente contábil, pois qualquer que seja o déficit da Previdência o Tesouro é obrigado a cobri-lo. Assim, se o presidente vetar a

prorrogação da desoneração da folha, será aberto um espaço de cerca de R\$ 10 bilhões no teto de gastos da União em 2021.

Sem esse espaço, os técnicos dizem que terão que fazer corte significativo nas despesas discricionárias (investimentos e custeio da máquina), inviabilizando vários programas governamentais. Ou seja, é o fim da desoneração da folha que viabilizará o teto de gastos no próximo ano. Junto, é claro, com o congelamento dos salários dos servidores e a não realização de concursos públicos para preencher todos os cargos que ficarem vagos.

Se o cidadão quiser saber o que foi discutido e quais as decisões tomadas pela Junta de Execução Orçamentária (JEO) em qualquer mês de 2018, por exemplo, terá que esperar até 2023. As atas da JEO foram classificadas com o grau de sigilo reservado e só podem ser divulgadas cinco anos depois das reuniões realizadas.

A JEO é um órgão de assessoramento direto ao Presidente da República na condução da política fiscal do governo federal e se reúne, normalmente, uma vez por mês. A ela cabe assessorar o presidente na elaboração dos atos que estabeleçam a programação financeira e o cronograma de execução mensal das dotações orçamentárias e no estabelecimento das metas fiscais, entre outras atribuições. Dela fazem parte os ministros da Economia e da Casa Civil.

As reuniões têm atas, que devem trazer um resumo dos assuntos tratados, dos debates ocorridos e das deliberações tomadas. Com base na lei de acesso à informação, o **Valor** pediu acesso a uma das atas da JEO do último ano do governo do ex-presidente Michel Temer. Recebeu a resposta de que as atas da JEO são classificadas com o grau de sigilo reservado, tendo como fundamento o inciso IV do artigo 23 da lei 12.527/2011. Este inciso se refere a informações que oferecem “elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do país”.

“É incrível que essas atas sejam sigilosas”, protestou Gil Castello Branco, do Contas Abertas. “Desde quando a divulgação de uma ata da JEO, que discute e define critérios para a execução orçamentária, pode oferecer algum risco à estabilidade financeira, econômica e monetária do país”, questionou Castello Branco, lembrando que até as atas do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central são divulgadas na semana seguinte à reunião. Ele acredita que está ocorrendo um

Governo quer redução escalonada do auxílio

Bolsonaro defende pagamentos de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300 em três meses em vez de dois de R\$ 600

Por Fabio Graner e Raphael Di Cunto — De São Paulo

25/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente Jair Bolsonaro orientou o Ministério da Economia a trabalhar uma redução escalonada do auxílio emergencial em três parcelas: R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300. O custo fiscal é alto, da ordem de R\$ 100 bilhões, o mesmo que haveria se fosse à frente a proposta inicialmente apresentada pelo Congresso, de renovar por duas parcelas de R\$ 600. Bolsonaro deve discutir essa ideia com os presidentes da Câmara e do Senado, segundo apurou o **Valor**.

O chefe do Executivo está pressionado politicamente, correndo risco de uma derrota caso insista na proposta original de duas parcelas de R\$ 300. O auxílio de R\$ 600 hoje é uma das âncoras de popularidade de Bolsonaro, que de outro lado é pressionado pelo aumento da dívida pública. Por isso surge essa proposta alternativa de escalonamento, embora também já surjam resistências no Congresso.

A despeito do custo elevado, interlocutores da área econômica apontam algumas vantagens na nova ideia em debate. “Serão três meses de cobertura, com R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300 em vez de duas de R\$ 600 e prepara aterrissagem entre R\$ 600 de emergencial e R\$ 200 de Bolsa Família”, disse uma fonte.



Enquanto o auxílio é pago e reduzido gradualmente, a equipe econômica prepara o “aperfeiçoamento” do Bolsa Família, que já ganhou preliminarmente o nome de “Renda Brasil” e que deve incorporar outros programas. O valor a ser pago no Bolsa Família repaginado deve ficar entre R\$ 200 e R\$ 300.

O Congresso, porém, já levanta dificuldades. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que ainda não foi procurado por Bolsonaro, mas manteve a defesa de duas parcelas de R\$ 600. “Fiquei feliz porque a proposta do governo representa o mesmo impacto que a proposta que eu estou fazendo. Mas acho mais transparente com o cidadão manter as duas de R\$ 600 porque não precisa de uma nova lei, nós já autorizamos a prorrogação por decreto”, afirmou.

Maia disse que Bolsonaro deveria também abrir um “debate sério” com o Congresso sobre a criação de uma renda mínima permanente para a população carente, numa reformulação dos programas assistenciais. “A crise não acabou e vai se agravar. Precisa de uma renda permanente a partir de 2021”, afirmou.

A oposição também se disse contra a ideia de escalonar o pagamento adicional do auxílio. “Não faz sentido. A população continua sem renda e o governo propõe

dividir o pagamento. Defendemos que sejam duas parcelas de R\$ 600, prorrogáveis se for necessário”, disse o deputado André Figueiredo (PDT-CE), líder da oposição.

A economista Monica de Bolle, da Universidade Johns Hopkins e pesquisadora do Peterson Institute, considera que houve uma evolução do governo com a nova ideia, mas avalia que ela ainda é insuficiente. Por isso, ela reforça a defesa para que os R\$ 600 sejam mantidos. “Não vai dar para fazer isso que o governo quer não. Vai ter que haver manutenção dos R\$ 600 até a gente ter maior clareza sobre a pandemia. Eu defendo que continue em R\$ 600 até o fim do ano”.

Ela levanta como possível alternativa manter os R\$ 600 até setembro, com base em uma hipótese de que a curva epidemiológica poderá estar chegando ao platô, reduzindo o auxílio de forma escalonada nos meses seguintes. Mas Monica mesmo descarta a ideia e reitera a defesa de R\$ 600 até o fim do ano. “Acho positivo que o governo não esteja mais falando em acabar com o benefício, mas reduzir hoje não é solução. A crise continua aguda”, afirma ela.

Enquanto discute o que fazer com o auxílio emergencial, o Ministério da Economia continua preocupado em buscar fazer o crédito chegar à ponta. A área reconhece que a atuação nesse flanco estava insatisfatória e nas últimas semanas adotou medidas para reverter o quadro, principalmente para as empresas de menor porte.

Uma fonte mostrou-se satisfeita com a informação de que mais de 5 mil empresas tiveram suas propostas aprovadas no Pronampe, a nova linha para pequenas, só no Banco do Brasil, com um volume de quase R\$ 300 milhões.

Mas o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse ontem que o governo poderá eventualmente ter mais um programa de crédito para fazer com que o dinheiro chegue à ponta. **(Colaborou Marcelo Ribeiro)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com Mercedes Club.

MERCEDES-BENZ

Gás mais barato deve elevar investimento

A redução do custo do gás natural pela metade nos próximos anos pode elevar o investimento anual de alguns setores industriais de US\$ 10 bilhões, em 2019, para US\$ 31 bilhões, em 2030

Por **Rafael Bitencourt** — De Brasília

25/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Para Juliana Falcão, da CNI, nem carga tributária afeta tanto alguns segmentos quanto o alto preço do gás natural — Foto: Miguel Ângelo/CNI

A redução do custo do gás natural pela metade nos próximos anos pode elevar o investimento anual de setores da indústria brasileira, que utilizam o insumo, do patamar de US\$ 10 bilhões, em 2019, para US\$ 31 bilhões, em 2030. O estudo “Impactos Econômicos da Competitividade do Gás Natural”, da Confederação

Nacional da Indústria (CNI), indica que o aumento de investimento viria da alta do faturamento, em cerca de 40%, que será alcançada a partir da redução do custo do gás natural.

A queda de preço foi prometida pelo governo com o aumento da produção nos campos do pré-sal e maior competição entre os fornecedores. Se o preço for mantido no patamar atual, o investimento para o mesmo período ficaria em US\$ 16 bilhões, conforme indicou o levantamento da CNI. O aumento de oferta e a abertura do mercado de gás natural, com a ampliação dos pontos de entrega no país, reduziria o preço de US\$ 14 para US\$ 7 por milhão de BTU (unidade de poder calorífico).

Alto custo

Gás natural, em US\$/milhão de BTU

Países	Preço do gás natural para indústria/2018
Argentina	4,3
Estados Unidos	4,508204166
México	5
Canadá	5,605393709
Brasil*	7
Bélgica	7,546229772
Itália	8.067515381

Holanda	8,93632473
Alemanha	9,308671594
Espanha	9,827834682
Áustria	11,53
África do Sul	11,72
Japão	12,77
Brasil	14

Fonte: CNI.*Preço reduzido diante do aumento da competição

O alto custo do gás natural no Brasil é apontado como uma das razões da perda significativa da competitividade da indústria nacional. A especialista em energia da CNI, Juliana Falcão, destaca que nem a alta carga tributária do país, apontada como uma grande vilã pelo segmento empresarial, afeta tanto as indústrias química, de cerâmica, vidros, alumínio, fertilizantes e siderúrgicas quanto o alto preço do gás natural.

O estudo demonstra ainda que o barateamento do gás, além de impulsionar investimentos, converteria o atual déficit da balança comercial dos produtos desse segmento no superávit de US\$ 41,6 bilhões em 2030. Mas a manutenção do preço no patamar de US\$ 14 por milhão de BTU levaria o setor a amargar o saldo negativo de US\$ 47,8 bilhões no mesmo período.

A promessa de corte expressivo no custo do gás natural pela indústria partiu do ministro da Economia, Paulo Guedes, como estratégia para promover a reindustrialização do país. Logo no início do mandato de Jair Bolsonaro, o ministro falou em dar um “choque” de energia barata na economia.

Desde o anúncio do ministro da Economia, o governo remodelou a estratégia de abertura do mercado definida na gestão de Michel Temer e deu o nome de Novo Mercado de Gás. E viabilizou também a assinatura do acordo entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e Petrobras, para abrir caminho para a chegada de novos competidores no transporte de gás com um plano de venda de parte da malha de gasodutos da estatal para grupos privados.

Nem todas as medidas de estímulo à competição no mercado dependem do governo federal. A abertura dependerá de mudanças nas leis estaduais, aplicadas às distribuidoras de gás, e na legislação federal, ao incorporar práticas já adotadas em outros países.

A principal aposta para modernizar as regras do jogo é o Projeto de Lei 6.407/13, que está parado na Câmara. O PL define regras para acesso de terceiros à infraestrutura de dutos, às unidades de processamento e aos terminais de gás natural liquefeito (GNL). O projeto ainda cria mecanismos para desconcentrar o mercado e institui o regime de autorização para expandir a malha de gasodutos do país.

Juliana ressalta que o gás natural, além de ser importante para competitividade da indústria de produtos básicos, é o combustível de transição para economia de baixo carbono. A especialista da CNI destaca que o estudo traz uma abordagem inédita sobre o potencial de substituição de combustíveis mais caros ou poluentes, como carvão e óleo diesel, pelo gás.

A diretora da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fátima Giovanna Ferreira, informou que o setor atingiu o nível de 61% de utilização da capacidade instalada em maio. Segundo ela, a média registrada nos primeiros cinco meses do ano foi de 69% de utilização do parque produtivo. O uso da capacidade ociosa seria a primeira etapa de retomada dos investimentos, seguido da instalação de plantas adicionais e eventual chegada de novos players.

Fátima faz ponderações sobre a dimensão dos efeitos de corte do preço do gás pela metade. “Esse recuo talvez não seja suficiente para atrair novos projetos. O preço do gás caiu muito no mercado internacional, elevando a distância entre o nosso preço e aquele que é pago pelos nossos concorrentes”.

STF proíbe redução salarial de servidores de Estados e municípios

Supremo entende que corte é ilegal mesmo se folha de pagamento superar limite da LRF

Por Luísa Martins e Isadora Peron — De Brasília

25/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Edson Fachin: Constituição “não merece ser flexibilizada por mais pesadas que sejam as neves dos tempos” — Foto: Jorge William/Agência O Globo

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que Estados e municípios em crise não podem reduzir os salários de servidores quando os gastos com pessoal ultrapassarem o teto previsto em lei -60% da Receita Corrente Líquida (RCL). Em outra frente, o plenário também entendeu que o Executivo não pode limitar repasses a outros Poderes em caso de frustração de receitas.

Ambas as medidas estavam previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e já não estavam sendo aplicadas por força de uma liminar concedida em 2002. Porém, o julgamento do STF traz um desfecho definitivo.

Esse desfecho desagradou a governadores e prefeitos, que esperavam do Supremo algum alívio a seus cofres públicos em um momento de recessão.

Na questão dos salários, o placar ficou em 7 a 4 para proibir a redução. A maioria se formou com os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e Cármen Lúcia. A última teve uma pontual divergência dos demais, pois era contrária à redução de jornada.

Já os ministros Alexandre de Moraes, relator do caso, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Dias Toffoli votaram para autorizar a diminuição da remuneração dos servidores. A divergência pontual, neste caso, ficou a cargo do presidente do STF - Toffoli estabelecia que a redução poderia ocorrer, desde que escalonadamente, atingindo primeiramente funcionários não estáveis.

Em relação ao outro artigo da LRF, sobre os repasses do governo federal em caso de frustração de receitas, o placar foi de 6 votos a 5 contra a restrição.

Desta vez, prevaleceu o voto de Moraes, para quem o Executivo não pode limitar unilateralmente os repasses de verba ao Legislativo, ao Judiciário, ao Ministério

Público e à Defensoria Pública quando a previsão de receita não se realizar, mesmo que esses órgãos não promovam cortes de despesas por iniciativa própria.

O relator foi seguido pelos ministros Lewandowski, Rosa, Cármen, Fux e Celso de Mello. Ficaram vencidos Fachin, Barroso, Gilmar, Toffoli e Marco Aurélio.

Em seu voto, Fachin afirmou que não há como reduzir o salário de servidores públicos já que a Constituição “não merece ser flexibilizada por mais pesadas que sejam as neves dos tempos”. “Entendo que a ordem constitucional preconiza como primeira solução em caso de descontrole dos limites de gastos com pessoal o que está no parágrafo terceiro do artigo 169”, disse.

O artigo 169 fala em “redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança” e “exoneração dos servidores não estáveis” para o cumprimento dos limites com despesa de pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Na corrente vencida, Moraes (relator) afirmou que “estabilidade do serviço público tem uma função importantíssima” e que um meio termo é a “flexibilização” da irredutibilidade dos salários. “Será que o servidor público prefere ser demitido a manter seu cargo, manter sua carreira? A discussão não se dá entre ter essa flexibilização e continuar como está, mas sim entre ter a flexibilização temporária ou ser demitido”, disse ele.

O julgamento de oito ações que questionam 26 artigos da LRF - criada em 2000 - se arrastava no Supremo desde fevereiro de 2019. A conclusão do julgamento era para ter ocorrido em março, mas o plenário decidiu aguardar o retorno do ministro Celso de Mello, que estava afastado em razão de licença médica.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com Mercedes Club.

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas